



Demonstrações financeiras consolidadas

30 de junho de 2015

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

ÍNDICE

1. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO	4
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	15
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015	20
1 Informação geral	20
2 Base de preparação	24
3 Principais políticas contabilísticas	24
5 Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis	31
6 Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	35
7 Imposto sobre o rendimento	36
8 Ativos e passivos financeiros	41
9 Ativos disponíveis para venda	44
10 Clientes e outras contas a receber	47
11 Instrumentos financeiros derivados	48
12 Caixa e equivalentes de caixa	52
13 Capital social e ações próprias	53
14 Empréstimos obtidos	54
15 Obrigações de benefícios de reforma e outros	57
16 Provisões para outros riscos e encargos	59
17 Fornecedores e outras contas a pagar	59
18 Vendas e prestação de serviços	60
19 Rendimentos e gastos de construção	60
20 Outros rendimentos operacionais	61
21 Fornecimentos e serviços externos	61
22 Gastos com pessoal	62
23 Outros gastos operacionais	62
24 Gastos de financiamento e rendimentos financeiros	63

25	Contribuição extraordinária sobre o setor energético	63
26	Resultado por ação	64
27	Dividendos por ação	64
28	Garantias prestadas	65
29	Partes relacionadas	65
30	Eventos subsequentes	68
4.	ANEXOS	70
4.1	Declaração de conformidade	70
4.2	Lista dos titulares de participações qualificadas [Alínea c) do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008]	71
4.3	Valores mobiliários detidos por titulares dos órgãos sociais [Alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008]	72
4.4	Relatório de revisão limitada elaborado por auditor registado na CMVM sobre a informação semestral consolidada	73
4.5	Relatório e parecer da Comissão de Auditoria sobre informação semestral consolidada	75
4.6	Contactos	76

1. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

1.1 RESULTADOS 1º SEMESTRE 2015

PRINCIPAIS INDICADORES

O EBITDA do 1º semestre de 2015 registou um aumento de 2,1M€ (+0,8%), situando-se nos 254,3M€. Este aumento reflete por um lado a mais-valia gerada com a venda da participação de 1% que o Grupo REN detinha na Enagás (+20,1M€), e por outro lado o impacto negativo que as alterações introduzidas no novo período regulatório do sector elétrico tiveram nos proveitos do grupo.

O resultado financeiro do grupo aumentou 13,3% (+6,9M€), quando comparado com o mesmo período do ano anterior, espelhando a redução de 0,8 p.p. no custo médio de financiamento, para 4,0%. A dívida líquida registou um aumento de 1,7% (+41,5M€), para os 2.494,0M€, para o que contribuiu o pagamento dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás natural adquiridos à Galp.

Por sua vez, o resultado líquido aumentou 17,0M€ (+29,2%), situando-se nos 75,3M€, como resultado do bom desempenho dos resultados operacionais e financeiros, acrescidos de um efeito não recorrente de 9,9M€ relativo à recuperação de impostos associados à imparidade de ativos gerada aquando da cisão da REN do Grupo EDP.

O investimento situou-se nos 98,7M€, um aumento de 62,7M€ face ao primeiro semestre do ano anterior, devido ao impacto da aquisição dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás natural à Galp (71,4M€). Refletindo o mesmo efeito, as transferências para exploração registaram um aumento de 65,9M€, para os 76,0M€, e o RAB médio cresceu 78,2M€, situando-se nos 3.558,8M€.

Principais indicadores [Milhões euros]	Junho 2015	Junho 2014	Var. %
EBITDA	254,3	252,2	0,8%
Resultado financeiro ¹	-44,8	-51,7	13,3%
Resultado líquido	75,3	58,3	29,2%
Resultado líquido recorrente	63,6	72,3	-12,0%
Capex total	98,7	36,0	174,1%
Transferências para Exploração ² (a custos históricos)	76,0	10,1	649,8%
RAB médio (a custos de referência)	3.558,8	3.480,6	2,2%
Dívida líquida	2.494,0	2.452,5	1,7%

¹ Exclui o efeito financeiro decorrente dos leilões de capacidade na interligação elétrica entre Espanha e Portugal (0,2 M€) – denominado FTR (Financial Transaction Rights), reclassificado para proveito.

² Inclui aquisições diretas *RAB related*

RESULTADO OPERACIONAL – EBITDA

No primeiro semestre de 2015, o EBITDA do grupo registou um aumento de 2,1M€ (+0,8%), em comparação ao período homólogo de 2014, situando-se nos 254,3M€.

Destacam-se os seguintes efeitos positivos:

- **A mais-valia gerada com a venda da participação da Enagás (20,1M€);**
- **O crescimento da recuperação de amortizações (+3,5M€),** consistente com o aumento da base de ativos regulada;
- **Efeitos de outras rubricas em cerca de +4,9M€** tendo em conta nomeadamente a melhoria de performance reconhecida nas alterações introduzidas pelo novo período regulatório no sector elétrico, em particular o incentivo para manter em operação ativos já em fim de vida útil evitando investimentos de substituição.

Por outro lado, a contribuir desfavoravelmente para a evolução do EBITDA estiveram:

- **A descida de 21,4M€ na remuneração dos ativos da eletricidade,** refletindo a redução da taxa de remuneração de ativos sem prémio de eficiência de 7,80% para 5,99%, e da taxa de remuneração com prémio de eficiência de 9,30% para 6,74%. As principais alterações decorrentes do novo período regulatório com impacto na remuneração dos ativos da eletricidade foram: i) a alteração do indexante da taxa de remuneração dos ativos, que passa a ser a cotação média aritmética diária das OT da República Portuguesa a 10 anos, tendo sido definido um ponto de partida do RoR de 6,4% (que compara com 9,0% no período anterior), ii) a redução do prémio para investimentos eficientes de 1,5% para 0,75%.
- **O decréscimo de 3,2M€ (-6,5%) nos proveitos de Opex do grupo,** dos quais -4,5M€ resultaram da alteração aos parâmetros que definem a remuneração dos custos operacionais da atividade de transporte da eletricidade, no novo período regulatório;
- **A redução de 2,4M€ nos TPE's,** dos quais -1,5M€ em TPE's de gestão e -0,9M€ nos TPE's financeiros.

É de notar ainda que os custos externos registaram um aumento de 0,7M€ (+2,9%) devido à ocorrência de custos associados à realização de uma emissão obrigacionista no primeiro trimestre de 2015, que não se verificou no período homólogo.

EBITDA [Milhões euros]	Junho 2015	Junho 2014	Var.%
1) Proveitos de Ativos	220,4	232,2	-5,0%
Remuneração do RAB	108,0	129,8	-16,8%
Diferenças de alisamento e efeito de neutralidade (gás)	-1,8	-3,3	46,9%
Remuneração Terrenos	0,1	0,1	69,0%
Renda dos terrenos da zona de proteção	0,4	0,4	-1,2%
Incentivo à extensão do fim de vida útil	9,3	4,3	114,4%
Recuperação Amortizações (líquidas de subsídios ao investimento)	95,5	92,0	3,8%
Amortização dos subsídios ao Investimento	8,9	8,9	0,6%
2) Proveitos de Opex	45,7	48,8	-6,5%
3) Outros Proveitos	30,3	10,2	195,9%
4) TPE's (capitalizados no investimento)	7,7	10,1	-23,9%
5) Rendimentos de construção - Ativos Concessionados	91,0	26,0	250,5%
6) OPEX	49,4	48,9	1,1%
Custos com Pessoal	26,3	26,4	-0,5%
Custos Externos	23,1	22,4	2,9%
7) Gastos de Construção - Ativos Concessionados	91,0	26,0	250,5%
8) Provisões	-0,2	0,2	n.m
9) Imparidades	0,6	0,0	n.m
10) EBITDA (1+2+3+4+5-6-7-8-9)	254,3	252,2	0,8%

RESULTADO LÍQUIDO

No primeiro semestre de 2015, o resultado líquido situou-se nos 75,3M€, representando um aumento de 29,2% (+17,0M€) quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Este aumento refletiu: (i) um bom desempenho do resultado financeiro do grupo, que aumentou 6,9M€ (+13,3%) motivado essencialmente pela redução do custo médio da dívida, que reduziu de 4,8% para 4,0%, (ii) um comportamento positivo do EBITDA, que cresceu 0,8% (+2,1M€), e (iii) um efeito não recorrente de 9,9M€ relativo à recuperação de impostos associados à imparidade de ativos gerada aquando da cisão da REN do Grupo EDP.

Quando expurgado de efeitos não recorrentes, o Resultado Líquido Recorrente decresceu 8,7% (-12,0 M€), devido essencialmente às alterações regulatórias no sector elétrico com impacto negativo nos proveitos regulados. Os itens não recorrentes considerados no 1º semestre de 2015 e no mesmo período de 2014 são os seguintes:

- i) Em 2015: i) *cost of carry* do penhor do Banco Europeu de Investimento (1,9M€; 1,4M€ após efeito fiscal); ii) Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético definida

no Orçamento de Estado para 2015 (12,7M€); iii) Mais-valia gerada com a venda da participação detida na empresa Enagás (-20,1M€; -16,1M€ após efeito fiscal); iv) efeito não recorrente relativo à recuperação de impostos associados à imparidade de ativos gerada aquando da cisão da REN do Grupo EDP (-9,9M€; -9,7M€ líquidos de custos associados e após efeito fiscal)

- ii) Em 2014: i) *cost of carry* do penhor do Banco Europeu de Investimento (2,2M€; 1,5M€ após efeito fiscal); ii) Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético definida no Orçamento de Estado para 2014 (12,5M€)

Resultado Líquido [Milhões euros]	Junho 2015	Junho 2014	Var. %
EBITDA	254,3	252,2	0,8%
Amortizações	104,1	100,9	3,2%
Resultados Financeiros	-44,8	-51,7	13,3%
Imposto do Exercício	17,3	28,7	-39,6%
Contribuição Extraordinária para o Sector Energético	12,7	12,5	1,5%
Resultado Líquido	75,3	58,3	29,2%
Itens não recorrentes	-11,7	14,0	-183,2%
Resultado Líquido Recorrente	63,6	72,3	-12,0%

1.2 RAB MÉDIO E INVESTIMENTO

CAPEX E RAB MÉDIO

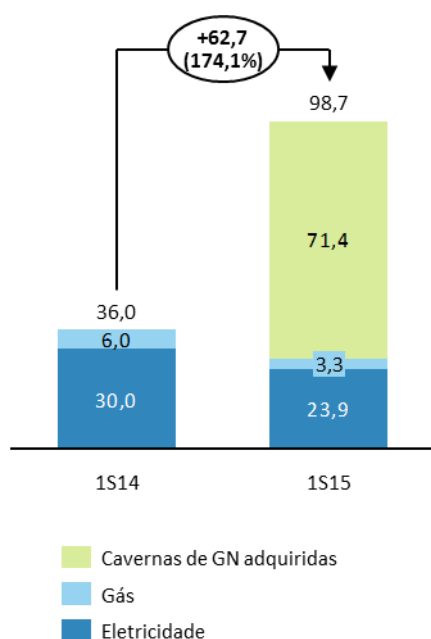
No primeiro semestre de 2015, o investimento situou-se nos 98,7M€, um aumento de 62,7M€ face ao mesmo período do ano anterior, refletindo essencialmente a aquisição à Galp dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás natural (71,4M€).

Destaca-se no segmento da eletricidade o investimento de 2,7M€ na subestação de Vila Nova de Famalicão 400/60kV e 2,1M€ na abertura da Linha Recarei - Vermoim 4 a 400 kV para Vila Nova de Famalicão, ambos integrados no projeto do novo eixo a 400kV entre as zonas do Porto e Minho.

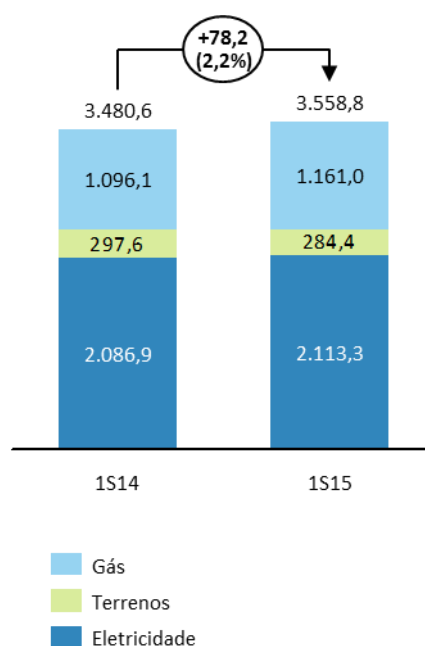
As transferências para exploração apresentaram um crescimento de 65,9M€, para os 76,0M€, dos quais +70,1M€ no segmento do gás, devido à aquisição dos ativos de armazenamento subterrâneo à Galp referida anteriormente. Este efeito foi parcialmente compensado pelo decréscimo de 4,2M€ no segmento da eletricidade, justificado pelas transferências no primeiro trimestre de 2014 de investimentos associados da Subestação da Feira e a da 4ª fase da remodelação do parque de 220kV da subestação de Vermoim

De igual modo, o RAB médio registou um aumento de 2,2% (+78,2M€) quando comparado com o primeiro semestre de 2014, situando-se nos 3.558,8M€. Na Eletricidade, a base de ativos regulados cresceu 13,3M€ (+0,6%). No Gás Natural, o RAB médio cresceu 64,9M€ (+5,9%), como resultado do aumento de 102,5M€ na REN Armazenagem, explicado pela aquisição de ativos à Galp e pela conclusão em dezembro de 2014 da cavidade de armazenagem de gás RENC-6, parcialmente compensada por um menor nível de investimento na REN Gasodutos (-21,4M€) e na REN Atlântico (-16,2M€).

INVESTIMENTO (M€)



RAB MÉDIO (M€)



1.3 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO 1º SEMESTRE DE 2015

- Na Assembleia Geral de 17 de abril de 2015, foram eleitos os membros dos órgãos sociais da REN para o mandato correspondente ao triénio 2015/2017, tendo Rodrigo Costa sido eleito para o cargo de Presidente do Conselho de Administração.
- Após a conclusão da Assembleia Geral, foi realizada uma reunião do Conselho de Administração que constituiu uma nova Comissão Executiva, liderada por Rodrigo Costa, mantendo-se nessa comissão os administradores João Faria Conceição e Gonçalo Morais Soares.

- A REN atualizou o seu plano estratégico para o triénio 2015-2018, o qual assenta em três pilares fundamentais: manter o compromisso prioritário com a operação nacional, explorar oportunidades internacionais e consolidar os resultados financeiros.
- A REN, no prazo estabelecido pelo Regulador, concluiu a implementação das medidas definidas em Setembro de 2014 pela ERSE, necessárias ao cumprimento do objectivo da Certificação da REN Eléctrica e REN Gasodutos (Operadores das Redes de Transporte) em regime de separação completa jurídica e patrimonial (*full ownership unbundling*).
- A REN alienou durante o primeiro semestre deste ano a participação de 1% que detinha no capital social da Enagás S.A., operadora da rede de transporte de gás natural em Espanha, resultando numa mais-valia que contribuiu para o aumento do EBITDA da sociedade.
- A REN Armazenagem S.A. adquiriu à Transgás Armazenagem, S.A. duas cavernas de armazenamento subterrâneo de gás natural (TGC1S e TGC2), bem como os direitos de construção e posterior exploração de duas outras cavidades. Tal aquisição permite à REN dar continuidade aos seus objetivos e à sua vocação estratégica de operador de infraestruturas de transporte de gás natural, passando a ser a detentora da totalidade das infraestruturas de armazenamento subterrâneo de gás natural atualmente em exploração em território nacional.
- A REN, através das concessionárias da Rede Nacional de Transporte de Electricidade (REN Eléctrica) e da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (REN Gasodutos), entregou ao Concedente os Planos de Desenvolvimento das Infraestruturas de Rede de Transporte (PDIRT-E e PDIR-GN), nos quais são apresentados os projectos de investimento propostos para os próximos 10 anos, definidos em linha com os objetivos do Plano Estratégico da empresa.
- A REN Finance contratualizou uma emissão de Euro Bonds, no montante de 300 milhões de euros, ao abrigo do respetivo programa de EMTN (*European Medium Term Notes*), com um prazo de vencimento de 10 anos e com uma taxa de juro correspondente à mid swap rate a 10 anos, acrescida de 1,82%. Esta emissão permite uma maior diversificação das fontes de financiamento e fortalece o perfil de liquidez da REN.
- Na sequência da notificação da liquidação da contribuição extraordinária sobre o setor energético (“CESE”) referente a 2014 recebida pela REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.,

REN - Gasodutos, S.A. e a REN - Armazenagem, S.A., estas sociedades procederam ao pagamento dessa contribuição no prazo estabelecido para o efeito, cumprindo com as suas responsabilidades como contribuintes. No entanto, tais sociedades optaram por contestar a CESE, nos termos da legislação aplicável, por terem fundadas dúvidas sobre a licitude daquela contribuição.

- A REN chegou a acordo com a totalidade dos sindicatos representativos dos seus colaboradores relativamente ao novo ACT, tendo este entrado em vigor no dia 1 de Fevereiro e abrangendo nove empresas detidas a 100% pela REN SGPS, S.A.. Este documento pretende criar um sistema de relações coletivas de trabalho, aplicável aos trabalhadores das empresas do grupo, aumentando a equidade interna e propiciando mais eficiência na gestão dos recursos humanos. O novo ACT promove ainda o ajustamento de práticas à atual realidade do grupo em matéria de organização do trabalho, de remuneração, de benefícios sociais e de segurança e saúde no trabalho e estabelece um novo enquadramento legal em matérias laborais.
- O Centro de Investigação em Energia R&D Nester e a Enondas/Ocean Plug alcançaram a primeira certificação e integram agora o Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança (SIGQAS) da REN. A extensão da certificação SIGQAS foi confirmada no final de dezembro pela APCER-Associação Portuguesa de Certificação, que renovou, por mais três anos, a certificação às restantes empresas do Grupo REN já detentoras de certificação.
- A Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. informou a REN ter adquirido uma participação qualificada de 5,008% do capital social da REN (tem atualmente uma participação de 5,3%).
- A EGF - Gestão e Consultoria Financeira, S.A. informou a REN ter reduzido a participação global que lhe é imputável para uma percentagem inferior a 2% do capital social da REN.
- A agência de notação financeira Fitch manteve como estável a perspetiva do 'rating' da REN e manteve a notação em BBB, acima da avaliação da República Portuguesa. A agência de notação de risco Standard & Poor's melhorou de estável para positivo a perspetiva do 'rating' da REN e manteve a notação de longo prazo da sociedade em BB+, acima da avaliação da República Portuguesa.

1.4 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2015

- Dada a natureza regulada da maioria dos negócios conduzidos pela REN, a sua performance financeira está estreitamente correlacionada com a remuneração dos seus ativos regulados, estando a remuneração de tais ativos indexada à evolução das obrigações do tesouro a 10 anos. Assim, uma vez que o custo da dívida pública soberana portuguesa não é completamente estável, a evolução de tais obrigações pode originar alterações do resultado financeiro da REN. Saliente-se no entanto que a diminuição do risco da dívida pública é normalmente acompanhada de redução das taxas de juros pelo se prevê que, caso se verifique uma diminuição do risco de dívida pública, ocorra também uma diminuição do custo médio da dívida financeira, originando um aumento dos resultados financeiros.
- O desfecho do processo de contestação da liquidação da CESE referente a 2014 é uma incerteza que pode afetar positivamente a situação financeira da REN. Tendo a REN procedido ao pagamento da CESE, um desfecho favorável do processo em curso implicará a devolução dos montantes pagos à Autoridade Tributária.
- A REN enfrenta o desafio da internacionalização, procurando executar o primeiro investimento internacional e assim diversificar o portfolio de negócio. Os mercados da América Latina e África continuam entre as prioridades, nos quais serão avaliadas oportunidades de forma seletiva, mas o efetivo investimento em tais mercados é ainda uma incerteza.

1.5 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O PERÍODO INTERCALAR ENTRE 1 DE ABRIL E 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

Demonstrações consolidadas dos resultados (informação não auditada)

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	01.04.2015 a 30.06.2015	01.04.2014 a 30.06.2014
Vendas	338	39
Prestações de serviços	132.630	140.437
Rendimentos de construção em ativos concessionados	90.262	26.485
Ganhos e perdas imputados de associadas e empreendimentos conjuntos	184	189
Subsídios à exploração	-	2
Outros rendimentos operacionais	5.548	5.662
Total dos rendimentos operacionais	228.962	172.814
Custo das vendas	(320)	(208)
Gastos de construção em ativos concessionados	(86.286)	(21.056)
Fornecimentos e serviços externos	(9.541)	(9.092)
Gastos com pessoal	(13.702)	(13.221)
Depreciações e amortizações do exercício	(52.176)	(50.495)
Reversões / (reforços) de provisões	245	(227)
Reversões / (reforços) de imparidades	(600)	-
Outros gastos operacionais	(2.897)	(3.377)
Total dos gastos operacionais	(165.278)	(97.676)
Resultado operacional	63.684	75.137
Gastos de financiamento	(27.135)	(30.756)
Rendimentos financeiros	2.846	2.239
Dividendos de empresas participadas	4.036	6.200
Resultado financeiro	(20.254)	(22.317)
Resultado consolidado antes de impostos	43.430	52.820
Imposto sobre o rendimento	(1.182)	(14.521)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	(6.363)	(6.315)
Resultado líquido consolidado do período	35.885	31.985
Atribuível a:		
Acionistas do grupo REN	35.885	31.985
Resultado líquido consolidado do período	35.885	31.985
Resultado por ação (Básico e Diluído) -Euros	0,07	0,06

Demonstrações consolidadas do rendimento integral (informação não auditada)

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	<u>01.04.2015 a</u> <u>30.06.2015</u>	<u>01.04.2014 a</u> <u>30.06.2014</u>
Resultado líquido consolidado do período	35.885	31.985
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:		
Itens que não serão reclassificados para resultados:		
Ganhos / (perdas) actuariais	739	551
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) actuariais	(214)	(171)
Outras variações de capital próprio	30	-
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:		
Reserva de cobertura (cobertura de fluxos de caixa)	20.671	(111)
Efeito fiscal da reserva de cobertura	(4.341)	26
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	(1.138)	13.114
Efeito fiscal da reserva de justo valor	1.097	(3.211)
Total do rendimento consolidado integral do período	<u>52.729</u>	<u>42.182</u>
Atribuível a:		
Acionistas	<u>52.729</u>	<u>42.182</u>
	<u>52.729</u>	<u>42.182</u>

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

30 DE JUNHO DE 2015

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstrações consolidadas da posição financeira em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	Jun 2015	Dez 2014
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	692	682
Goodwill		3.774	3.774
Ativos intangíveis	5	3.832.847	3.838.228
Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	6	12.971	12.575
Ativos disponíveis para venda	9	146.130	144.443
Instrumentos financeiros derivados	11	33.029	21.970
Outros ativos financeiros	8	93.469	93.482
Clientes e outras contas a receber	10	118.393	86.182
Ativos por impostos diferidos	7	68.744	65.982
		4.310.050	4.267.320
Corrente			
Inventários		1.552	1.779
Clientes e outras contas a receber	10	289.351	459.785
Ativos disponíveis para venda	9	-	62.530
Imposto sobre o rendimento a receber	7	11.155	10.219
Outros ativos financeiros	8	8.864	8.864
Caixa e equivalentes de caixa	12	67.991	114.258
		378.913	657.435
Total do Ativo	4	4.688.963	4.924.755
Capital Próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	13	534.000	534.000
Ações próprias	13	(10.728)	(10.728)
Reservas	13	320.791	315.621
Resultados acumulados		201.235	183.896
Outras variações no capital próprio		30	-
Resultado líquido consolidado do período atribuível a detentores de capital		75.275	112.777
Total capital próprio		1.120.603	1.135.567
Passivo			
Não corrente			
Empréstimos obtidos	14	2.309.285	2.207.514
Obrigações de benefícios de reforma e outros	15	124.788	126.617
Instrumentos financeiros derivados	11	29.939	24.581
Provisões para outros riscos e encargos	16	5.220	4.947
Fornecedores e outras contas a pagar	17	338.787	328.228
Passivos por impostos diferidos	7	86.523	92.270
		2.894.543	2.784.157
Corrente			
Empréstimos obtidos	14	321.476	396.952
Provisões para outros riscos e encargos	16	1.725	2.369
Fornecedores e outras contas a pagar	17	324.926	605.710
Imposto sobre o rendimento a pagar	7	25.690	-
		673.818	1.005.031
Total Passivo	4	3.568.360	3.789.188
Total do capital próprio e passivo		4.688.963	4.924.755

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 30 de junho de 2015.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos resultados para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	Jun 2015	Jun 2014
Vendas	4 e 18	400	59
Prestações de serviços	4 e 18	264.634	280.433
Rendimentos de construção em ativos concessionados	4 e 19	98.632	36.009
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	6	396	226
Subsídios à exploração		-	2
Outros rendimentos operacionais	20	30.863	10.959
Total dos rendimentos operacionais		394.926	327.688
Custo das vendas		(425)	(262)
Gastos de construção em ativos concessionados	19	(90.979)	(25.957)
Fornecimentos e serviços externos	21	(16.666)	(15.776)
Gastos com pessoal	22	(26.233)	(26.279)
Depreciações e amortizações do exercício	5	(104.103)	(100.912)
Reversões / (reforços) de provisões	16	245	(227)
Reversões / (perdas) por imparidade	9	(600)	(28)
Outros gastos operacionais	23	(6.218)	(6.539)
Total dos gastos operacionais		(244.979)	(175.979)
Resultado operacional		149.947	151.709
Gastos de financiamento	24	(55.105)	(63.285)
Rendimentos financeiros	24	6.467	4.924
Dividendos de empresas participadas	9	4.036	6.200
Resultado financeiro		(44.602)	(52.161)
Resultado consolidado antes de impostos		105.345	99.548
Imposto sobre o rendimento	7	(17.348)	(28.738)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	25	(12.722)	(12.532)
Resultado líquido consolidado do período		75.275	58.278
Atribuível a:			
Acionistas do grupo REN		75.275	58.278
Interesses não controlados		-	-
Resultado líquido consolidado do período		75.275	58.278
Resultado por ação (Básico e Diluído) -Euros	26	0,14	0,11

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas do rendimento integral para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	30 de junho	
		2015	2014
Resultado líquido consolidado do período		75.275	58.278
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:			
<i>Itens que não serão reclassificados para resultados:</i>			
Ganhos / (perdas) actuariais	15	739	551
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) actuariais	7	(214)	(171)
Outras variações de capital próprio		30	-
<i>Itens que poderão ser reclassificados para resultados:</i>			
Reserva de cobertura (cobertura de fluxos de caixa)	11	16.099	(1.078)
Efeito fiscal da reserva de cobertura	7 e 11	(3.381)	248
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	9	3.035	34.683
Efeito fiscal da reserva de justo valor	7 e 9	221	(8.172)
<i>Ajustamentos de reclassificação:</i>			
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	9	(20.083)	-
Efeito fiscal da reserva de justo valor	7 e 9	3.966	-
Total do rendimento consolidado integral do período		75.686	84.339
Atribuível a:			
Acionistas		75.686	84.339
Interesses não controlados		-	-
		75.686	84.339

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

Movimentos do exercício	Notas	Atribuível aos acionistas								Resultado período	Total
		Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva justo valor (Nota 9)	Reserva cobertura (Nota 11)	Outras Reservas	Outras variações	Resultados acumulados		
A 1 de janeiro de 2014		534.000	(10.728)	91.492	20.886	(17.989)	177.245	-	163.356	121.303	1.079.566
Total do rendimento integral do período		-	-	-	26.511	(830)	-	-	380	58.278	84.339
Distribuição de dividendos	27	-	-	-	-	-	-	-	(90.650)	-	(90.650)
Aplicação de resultados		-	-	5.804	-	-	-	-	115.500	(121.303)	-
A 30 de junho de 2014		534.000	(10.728)	97.295	47.397	(18.819)	177.245	-	188.586	58.278	1.073.254
A 1 de janeiro de 2015		534.000	(10.728)	97.295	60.313	(19.468)	177.482	-	183.896	112.777	1.135.567
Total do rendimento integral do período		-	-	-	(12.861)	12.718	-	30	525	75.275	75.686
Distribuição de dividendos	27	-	-	-	-	-	-	-	(90.650)	-	(90.650)
Aplicação de resultados		-	-	5.313	-	-	-	-	107.464	(112.777)	-
A 30 de junho de 2015		534.000	(10.728)	102.608	47.452	(6.750)	177.482	30	201.235	75.275	1.120.603

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	Jun 2015	Jun 2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		1.097.928 a)	1.575.624 a)
Pagamentos a fornecedores		(867.671) a)	(1.229.067) a)
Pagamentos ao pessoal		(31.446)	(32.464)
Recebimento/(pagamento) do imposto sobre o rendimento		(588)	(45.507)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		<u>(53.278)</u>	<u>(42.189)</u>
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (1)		<u>144.946</u>	<u>226.397</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos disponíveis para venda	9	63.278	-
Outros ativos financeiros		-	13.864
Subsídios ao investimento		-	177
Juros e rendimentos similares		122	5.057
Dividendos	9	1.203	2.837
Pagamentos respeitantes a:			
Outros ativos financeiros		-	(57.172)
Ativos disponíveis para venda		-	(100)
Ativos fixos tangíveis		(2)	(1)
Ativos intangíveis - ativos de concessão		<u>(150.984)</u>	<u>(67.533)</u>
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento (2)		<u>(86.383)</u>	<u>(102.870)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.151.000	2.624.450
Juros e rendimentos similares		-	75
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1.113.896)	(2.719.357)
Juros e gastos similares		(50.219)	(59.439)
Dividendos	27	<u>(90.650)</u>	<u>(90.650)</u>
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento (3)		<u>(103.765)</u>	<u>(244.922)</u>
Aumento líquido (diminuição) de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)			
		(45.203)	(121.395)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	12	112.599	167.126
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	12	<u>67.397</u>	<u>45.731</u>
Detalhe da caixa e equivalentes de caixa			
Caixa	12	22	17
Descobertos bancários	12	(594)	(542)
Depósitos bancários	12	<u>67.969</u>	<u>46.257</u>
		<u>67.397</u>	<u>45.731</u>

(a) Estes montantes incluem os pagamentos e recebimentos relativos a atividades na qual a Empresa atua como agente, e cujos rendimentos e gastos são anulados na demonstração consolidada dos resultados.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015

1 Informação geral

A REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (referida neste documento como “REN” ou “Empresa” e conjuntamente com as suas subsidiárias designada por “Grupo” ou “ Grupo REN”), com sede na Avenida Estados Unidos da América, 55 - Lisboa, resultou da cisão do grupo EDP, de acordo com os Decretos-Lei n.º 7/91, de 8 de janeiro e n.º 131/94, de 19 de maio, aprovados em Assembleia Geral em 18 de agosto de 1994, com o objeto de assegurar a gestão global do Sistema Elétrico de Abastecimento Público (“SEP”).

Até 26 de setembro de 2006, o Grupo REN tinha a sua atividade centrada no negócio da eletricidade, através da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.. Em 26 de setembro de 2006, decorrente da transação de “*unbundling*” do negócio do gás natural, o Grupo sofreu uma alteração significativa com a compra dos ativos e participações financeiros associados às atividades de transporte, armazenamento e regaseificação de gás natural, constituindo um novo negócio.

No início de 2007, a Empresa foi transformada na “*holding*” do Grupo e redenominada, após a transferência do negócio da eletricidade para uma nova empresa constituída em 26 de setembro de 2006, a REN - Serviços de Rede, S.A., que foi em simultâneo redenominada para REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A..

O Grupo detém, presentemente, duas áreas de negócio principais, a Eletricidade e o Gás, e uma área de negócio secundária, na área de Telecomunicações.

O negócio da Eletricidade compreende as seguintes empresas:

a) REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujas atividades são desenvolvidas no âmbito de um contrato de concessão atribuído por um período de 50 anos, que se iniciou em 2007 e que estabelece a gestão global do SEP;

b) REN Trading, S.A. constituída em 13 de junho de 2007, cuja função principal é a gestão dos Contratos de Aquisição de Energia (“CAE”) da Turbogás e da Tejo Energia que não cessaram em 30 de junho de 2007, data da entrada em vigor dos novos Contratos para a Manutenção do Equilíbrio

Contratual (“CMEC”). A atividade desta empresa compreende o comércio da eletricidade produzida e da capacidade de produção instalada, junto dos distribuidores nacionais e internacionais;

c) Enondas, Energia das Ondas, S.A. foi constituída em 14 de outubro de 2010, cujo capital social é integralmente detido pela REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., e tem como atividade a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.

O negócio do Gás engloba as seguintes empresas:

a) REN Gás, S.A., constituída em 29 de março de 2011, com o objeto social de assegurar a promoção, o desenvolvimento e a condução de projetos e empreendimentos no sector do gás natural, bem como proceder à definição da estratégia global e à coordenação das sociedades em que detenha participação;

b) REN Gasodutos, S.A., constituída, em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado através da integração das infraestruturas de transporte de gás (rede, ligações e compressão);

c) REN Armazenagem, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado pela integração dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás;

d) REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A., adquirida no âmbito da aquisição do negócio do gás, anteriormente designada por “SGNL - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito”. A atividade desta empresa consiste no fornecimento de serviços de receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito através do terminal marítimo de GNL, sendo responsável pela construção, utilização e manutenção das infraestruturas necessárias.

As atividades das empresas indicadas nas alíneas b) a d) acima são desenvolvidas no âmbito de três contratos de concessão atribuídos em separado, por um período de 40 anos com início em 2006.

O negócio das telecomunicações é gerido pela RENTELECOM Comunicações, S.A., cuja atividade consiste no estabelecimento, gestão e utilização dos sistemas e infraestruturas de telecomunicações, fornecendo serviços de comunicação e tirando proveito da capacidade excedentária de fibras óticas e instalações pertencentes ao Grupo REN.

A REN SGPS detém a 100% a empresa REN Serviços, S.A., cujo objeto social é a prestação de serviços em matéria energética e de serviços genéricos de apoio ao desenvolvimento do negócio, de forma remunerada, quer em empresas que com ela se encontrem em relação de grupo, quer a quaisquer terceiros, bem como a gestão de participações sociais que a sociedade detenha em outras sociedades.

Em 10 de maio de 2013 foi constituída a REN Finance, B.V., empresa totalmente detida pela REN SGPS, com sede na Holanda, cujo objeto social é participar, financiar, colaborar e conduzir a gestão de empresas relacionadas.

Adicionalmente, em 24 de maio de 2013, em conjunto com a China Electric Power Research Institute, sociedade do Grupo State Grid, foi constituído o Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A. (“Centro de Investigação”) em regime de *Joint Venture* no qual o Grupo detém 1.500.000 ações representativas de 50% do respetivo capital.

O objeto social desta sociedade visa a implementação de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Portugal, dedicado à pesquisa, desenvolvimento, inovação e demonstração nas áreas de transporte de eletricidade e gestão de sistemas, a prestação de serviços de consultoria e serviços de educação e formação no âmbito destas atividades, bem como a realização de todas as atividades conexas e a prestação de serviços complementares, conexas ou acessórios ao seu objeto social.

Em 30 de junho de 2015 a REN possui ainda:

a) Uma participação de 40% do capital da empresa OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (“OMIP SGPS”) que tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas. Esta sociedade detém as participações no capital do OMIP - Operador do Mercado Ibérico de Energia (Polo Português), SGMR, S.A. (“OMIP”) que assegura a gestão do Mercado de Derivados do MIBEL juntamente com a OMIClear (Câmara de compensação do Mercado Energético), uma empresa constituída e detida pelo OMIP, e cujo papel é o de câmara de compensação e de contraparte central das operações realizadas no mercado a prazo;

b) Uma participação de 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único;

c) Uma participação de 1% na Red Eléctrica Corporación, S.A. (“REE”), entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha;

d) Uma participação de 6,66% na empresa MedGrid SAS e uma participação de 7,5% na empresa Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“HCB”).

Perímetro de consolidação

As Empresas incluídas no perímetro consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e principais atividades em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são as seguintes:

Designação / sede	Principal Actividade	30 de junho de 2015		31 de dezembro de 2014	
		Percentagem de capital detido Grupo	Percentagem de capital detido Individual	Percentagem de capital detido Grupo	Percentagem de capital detido Individual
EMPRESA MÃE:					
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Sociedade gestora de participações sociais	-	-	-	-
SUBSIDIÁRIAS					
Segmento da Electricidade:					
REN - Rede Electrica Nacional, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da Rede Nacional de Transporte em muito alta tensão	100%	100%	100%	100%
REN Trading, S.A. Praça de Alvalade, nº7 - 12º Dto, Lisboa	Compra, venda, importação e exportação de electricidade e de gás natural	100%	100%	100%	100%
Enondas-Energia das Ondas, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço- Pombal	Gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia eléctrica a partir das ondas do mar	100%	100%	100%	100%
Segmento de Telecomunicações:					
RENTELECOM - Comunicações S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da rede de telecomunicações	100%	100%	100%	100%
Outros segmentos:					
REN - Serviços, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Back Office e gestão de participações sociais	100%	100%	100%	100%
REN Finance, B.V. De Cuserstraat, 93, 1081 CN Amsterdam, The Netherlands	Participar, financiar, colaborar, conduzir a gestão de empresas relacionadas com o Grupo REN	100%	100%	100%	100%
Segmento do Gás Natural:					
REN Atlântico , Terminal de GNL, S.A. Terminal de GNL - Sines	Responsável pela regaseificação do GNL e pela manutenção e utilização do terminal de gás natural liquefeito	100%	100%	100%	100%
Detida pela REN Serviços, S.A.:					
REN Gás, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 -12º - Lisboa	Gestão de projectos e empreendimentos no sector do gás natural	100%	-	100%	-
Detidas pela REN Gás, S.A.:					
REN - Armazenagem, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço- Pombal	Desenvolvimento, manutenção e utilização do armazenamento subterrâneo de gás natural	100%	-	100%	-
REN - Gasodutos, S.A. Estrada Nacional 116, km 32,25 - Vila de Rei - Bucelas	Operador RNTGN e gere o negócio do gás natural	100%	-	100%	-

Não existiram alterações ao perímetro de consolidação em 2015 face ao reportado em 31 de dezembro de 2014.

Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas semestrais

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 31 de julho de 2015. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34).

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34). As demonstrações financeiras apresentadas de forma condensada, devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras anuais emitidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em milhares de Euros - mEuros, arredondadas ao milhar mais próximo.

3 Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com as normas contabilísticas em vigor em Portugal, ajustados no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2015.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, que as Normas Internacionais de Relato financeiro (“IFRS” - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”),

emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações - SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standard Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adoptadas na União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por IFRS.

As políticas contabilísticas adoptadas nestas demonstrações financeiras consolidadas são consistentes, em todos os aspetos materialmente relevantes, com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme descrito no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2014. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados.

Adopção de normas e interpretações novas emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia e são de aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015:

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010 - 2012) (alteração) - Ciclicamente são introduzidos melhoramentos que visam clarificar e simplificar a aplicação do normativo internacional. As alterações introduzidas no ciclo 2010-2012 incidiram na revisão, nomeadamente, da IAS 16 (esclarece o tratamento contabilístico a aplicar quando a entidade adote o método de revalorização na mensuração subsequente de Activos fixos tangíveis), IFRS 3 (clarifica alguns aspectos no registo de uma retribuição contingente incluída numa concentração de actividade empresarial) e IFRS 8 (introduz novos requisitos de divulgação: (i) julgamento da gestão para agregação de segmentos operacionais, e (ii) reconciliação entre os ativos por segmentos e os ativos da entidade).

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011 - 2013) (alteração) - No âmbito da revisão cíclica efectuada para o período 2011-2013 foram alteradas, nomeadamente, as seguintes normas: IAS 40 (clarifica a necessidade de aplicar separadamente a IFRS 3 e a IAS 40 para determinar se a aquisição de uma propriedade de investimento constitui uma aquisição de um activo ou grupo de activos ou uma concentração

de actividades empresariais); IFRS 3 (exclui do âmbito de aplicação da IFRS 3 a contabilização inicial de um Acordo conjunto constituído no âmbito da IFRS 11 nas suas próprias demonstrações financeiras); e IFRS 13 (clarifica que a exceção à mensuração pelo justo valor estabelecida no parágrafo 48 deve ser aplicada a todos os ativos financeiros, passivos financeiros e outros contratos abrangidos pela IAS 39, quer preencham ou não as definições de ativo financeiro e passivo financeiro que constam da IAS 32).

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- IAS 19 "Benefícios dos Empregados" (alteração) - Esta alteração vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

Normas e interpretações, emendadas ou revistas não aprovadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Resumo
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	01-jan-18	Esta norma estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e para a aplicação das regras da contabilidade de cobertura. A IFRS 14 vem estabelecer os requisitos de relato por parte de entidades que adotam pela 1ª vez o normativo IFRS aplicáveis a itens regulatórios, permitindo a manutenção das políticas contabilísticas do normativo anterior quanto ao reconhecimento, mensuração, desreconhecimento e imparidade.
IFRS 14 - Contas diferidas regulatórias	01-jan-16	A IFRS prevê a apresentação dos itens regulatórios reconhecidos separadamente dos restantes ativos e passivos, bem como dos gastos e rendimentos.
IFRS 15- Rédito de contratos com clientes	01-jan-17	Esta norma pretende substituir as atuais normas do rédito (IAS 11 e IAS 18) e vem clarificar os princípios de reconhecimento do rédito, tomando consistente a sua aplicação às diversas transações e atividades económicas.
Alterações à IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 - Divulgação de interesses noutras entidades e IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	01-jan-16	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Alterações à IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras	01-jan-16	Esta alteração faz parte de um projeto de reforma abrangente dos princípios e requisitos de apresentação e divulgação do relato financeiro (<i>disclosure initiative</i>), constituindo esta revisão o primeiro passo desse projeto. Consequentemente, esta alteração procede à alteração de um conjunto de divulgações previstas na IAS 1.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)	01-jan-16	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente a IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 Benefícios aos Empregados, e IAS 34 Relato Financeiro Intercalar.
Alterações à IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	01-jan-16	Esta alteração deriva de um conflito entre a IAS 28 e a IFRS 10 no reconhecimento do ganho proveniente da alienação de uma empresa subsidiária (com perda de controlo) a uma adquirente que é, simultaneamente, uma empresa associada ou Joint Venture do investidor. Esta alteração estabelece que o ganho deverá, por um lado, ser reconhecido por inteiro no caso da alienação se enquadrar como uma concentração de atividades empresariais), no âmbito da IFRS 3, e por outro lado, reconhecer somente a sua quota parte do ganho quando se trate de uma aquisição de ativos ou conjunto de ativos.
Alterações à IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas	01-jan-16	Esta alteração visa restabelecer o método da equivalência patrimonial como uma opção de contabilização de investimentos em subsidiárias, <i>joint ventures</i> e associadas nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.
Alterações à IAS 16 - Activos fixos tangíveis e IAS 41 - Agricultura	01-jan-16	Esta emenda vem alterar o modo de mensuração dos ativos biológicos, especificamente os usados na produção de produtos agrícolas. Neste sentido, é permitida a opção de mensurar estes ativos biológicos no âmbito da IAS 16 através do método do custo, em detrimento do justo valor. Contudo, os produtos agrícolas derivados destes ativos biológicos devem continuar a ser mensurados na âmbito da IAS 41 pelo justo valor menos os custos estimados de venda.
Alterações à IAS 16 - Activos fixos tangíveis e IAS 38 - Activos intangíveis	01-jan-16	As emendas vêm clarificar quais os métodos de depreciação e amortização de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis que são permitidos.
Alterações à IFRS 11 - Acordos conjuntos	01-jan-16	Esta alteração exige ao adquirente de uma participação numa operação conjunta, em que a actividade é um negócio (como definido na IFRS 3 - concentração de atividades empresariais) (i) aplicar todos os princípios contabilísticos de concentrações de atividades empresariais previstos na IFRS 3 e outras IFRS, com exceção dos princípios que entram em conflito com a orientação da IFRS 11 e (ii) divulgar as informações requeridas pela IFRS 3 e outras IFRSs para concentrações de atividades empresariais.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no período findo em 30 de junho de 2015.

4. Informação por segmentos

O Grupo está organizado em dois principais segmentos de negócios, a Eletricidade e o Gás, e dois segmentos secundários. O segmento da Eletricidade inclui as atividades de transporte de eletricidade em muito alta tensão, a gestão global do sistema elétrico de abastecimento público, a gestão dos contratos de aquisição de energia (CAE) não cessados em 30 de junho de 2007 e a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar. O segmento do gás inclui o transporte de gás em muito alta pressão, a gestão global do sistema nacional de abastecimento de gás natural, a operação de regaseificação no terminal GNL e o armazenamento subterrâneo de gás natural.

Embora as atividades do terminal GNL e do armazenamento subterrâneo possam ser vistas como distintas da atividade decorrente do transporte de gás e da gestão global do sistema nacional de gás natural, uma vez que estas atividades prestam serviços a um único utilizador, o qual é também o principal utilizador da rede de transporte de gás em alta pressão, considerou-se que as mesmas estão sujeitas a riscos e benefícios similares.

O segmento de telecomunicações é também apresentado separadamente embora não se qualifique para divulgação.

A gestão dos financiamentos externos encontra-se centralizada na REN SGPS, S.A., tendo a Empresa optado pela apresentação das rubricas do ativo e do passivo separadas das eliminações efetuadas no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tal como utilizado pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

Os resultados por segmento para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 são como se segue:

	Eletricidade	Gas	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	176.173	86.042	2.863	19.072	(19.115)	265.034
Inter-segmentos	300	306	35	18.474	(19.115)	-
Externas	175.873	85.736	2.828	597	-	265.034
Rendimentos de construção em activos concessionados	23.873	74.760	-	-	-	98.632
Gastos de construção em activos concessionados	(17.385)	(73.594)	-	-	-	(90.979)
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	396	-	396
Fornecimentos e serviços externos	(19.507)	(11.651)	(849)	(9.324)	24.666	(16.666)
Gastos com pessoal	(12.021)	(3.774)	(136)	(10.303)	-	(26.233)
Outros gastos e rendimentos operacionais	8.384	984	(223)	20.625	(5.550)	24.220
Cash flow operacional	159.517	72.768	1.655	20.466	-	254.405
Rendimentos de participação capital (dividendos)	-	-	-	4.036	-	4.036
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(75.309)	(28.676)	(6)	(111)	-	(104.103)
Reversões / (reforços) de provisões	(67)	345	-	(33)	-	245
Imparidades	-	-	-	(600)	-	(600)
Resultados de financiamento						
Rendimentos de financiamento	46	8.834	47	87.668	(90.127)	6.467
Gastos de financiamento	(36.997)	(17.314)	(0)	(90.920)	90.127	(55.105)
Resultado antes de impostos	47.189	35.956	1.695	20.506	-	105.345
Imposto sobre o rendimento	(3.774)	(9.651)	(394)	(3.530)	-	(17.348)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	(9.102)	(3.621)	-	-	-	(12.722)
Resultado líquido do período	34.314	22.684	1.302	16.975	-	75.275

Os resultados por segmento para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2014 são como se segue:

	Eletricidade	Gas	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	194.354	83.682	2.692	19.284	(19.519)	280.492
Inter-segmentos	475	-	30	19.014	(19.519)	-
Externas	193.879	83.682	2.661	270	-	280.492
Rendimentos de construção em activos concessionados	29.986	6.023	-	-	-	36.009
Gastos de construção em activos concessionados	(21.578)	(4.378)	-	-	-	(25.957)
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	226	-	226
Fornecimentos e serviços externos	(19.346)	(11.128)	(1.021)	(9.242)	24.961	(15.776)
Gastos com pessoal	(12.028)	(3.757)	(110)	(10.384)	-	(26.279)
Outros gastos e rendimentos operacionais	8.589	820	(6)	198	(5.442)	4.159
Cash flow operacional	179.976	71.262	1.555	82	-	252.875
Rendimentos de participação capital (dividendos)	-	-	-	6.200	-	6.200
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(73.052)	(27.719)	(6)	(136)	-	(100.912)
Reversões / (reforços) de provisões	(188)	-	-	(39)	-	(227)
Imparidade de dívidas a receber	(22)	(5)	-	-	-	(28)
Resultados de financiamento						
Rendimentos de financiamento	1.243	7.836	78	86.756	(90.990)	4.924
Gastos de financiamento	(38.324)	(18.500)	(1)	(97.449)	90.990	(63.285)
Resultado antes de impostos	69.634	32.874	1.626	(4.585)	-	99.549
Imposto sobre o rendimento	(21.411)	(9.156)	(394)	2.222	-	(28.738)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	(8.970)	(3.562)	-	-	-	(12.532)
Resultado líquido do período	39.253	20.156	1.231	(2.363)	-	58.278

As transações inter-segmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

O rédito incluído no segmento “Outros” refere-se, essencialmente, à prestação de serviços de administração e de *back office* a entidades do Grupo e a terceiras entidades.

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, são como se segue:

	Eletricidade	Gas	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	521.013	-	1.444.393	(1.965.405)	-
Ativos intangíveis e tangíveis	2.599.325	1.233.604	7	603	-	3.833.539
Outros ativos	408.158	548.386	6.268	4.409.779	(4.517.167)	855.424
Total do ativo	3.007.483	2.303.003	6.276	5.854.774	(6.482.572)	4.688.963
Total do passivo	2.438.966	1.122.079	3.618	4.520.865	(4.517.167)	3.568.360
Total do investimento	23.940	74.760	-	76	-	98.776
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	74	-	-	76	-	150
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	23.866	74.760	-	-	-	98.626
Investimentos em associadas (Nota 6)	-	-	-	10.928	-	10.928
Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 6)	-	-	-	2.044	-	2.044

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	533.578	-	1.474.138	(2.007.716)	-
Ativos intangíveis e tangíveis	2.650.718	1.187.541	13	638	-	3.838.910
Outros ativos	511.054	441.173	6.357	4.001.118	(3.873.857)	1.085.844
Total do ativo	3.161.773	2.162.292	6.370	5.475.894	(5.881.573)	4.924.755
Total do passivo	2.559.108	959.718	2.655	4.141.563	(3.873.857)	3.789.188
Total do investimento	137.411	25.776	-	64	-	163.251
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	1	-	-	64	-	65
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	137.410	25.776	-	-	-	163.186
Investimentos em associadas (Nota 6)	-	-	-	10.828	-	10.828
Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 6)	-	-	-	1.747	-	1.747

Os passivos incluídos no segmento “Outros” correspondem, essencialmente, a financiamentos externos obtidos diretamente pela REN SGPS, S.A. e REN Finance, B.V. para financiamento das diversas atividades do Grupo REN.

As rubricas da demonstração da posição financeira e da demonstração dos resultados para cada segmento de negócio resultam dos montantes registados diretamente nas demonstrações financeiras individuais das empresas que constituem o Grupo incluídas no perímetro de cada segmento, corrigidas da anulação das transações intra-segmentos.

5 Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, os movimentos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis foram como se segue:

	1 janeiro de 2015			Movimentos					30 junho de 2015		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação do exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos fixos tangíveis:											
Equipamento básico	103	(100)	2	-	-	-	(2)	-	103	(102)	0
Edifícios e outras construções	-	-	-	27	-	-	(1)	-	27	(1)	26
Equipamento de transporte	1.330	(746)	585	72	(185)	-	(101)	185	1.217	(662)	555
Equipamento administrativo	257	(162)	95	51	(20)	-	(29)	13	288	(178)	110
	1.690	(1.008)	682	150	(204)	-	(133)	197	1.635	(944)	692
Ativos intangíveis:											
Ativos de concessão	6.982.322	(3.197.824)	3.784.498	71.017	(1.377)	5.154	(103.970)	1.339	7.057.116	(3.300.455)	3.756.662
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	53.730	-	53.730	27.609	-	(5.154)	-	-	76.185	-	76.185
	7.036.052	(3.197.824)	3.838.228	98.626	(1.377)	-	(103.970)	1.339	7.133.302	(3.300.455)	3.832.847
Total do ativo fixo tangível e intangível	7.037.742	(3.198.832)	3.838.910	98.776	(1.581)	-	(104.103)	1.536	7.134.937	(3.301.398)	3.833.539

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 os movimentos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis foram como se segue:

	1 de janeiro de 2014			Movimentos					31 de dezembro de 2014		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos fixos tangíveis:											
Equipamento básico	103	(96)	6	-	-	-	(4)	-	103	(100)	2
Equipamento de transporte	1.386	(579)	806	57	(112)	-	(233)	67	1.330	(746)	585
Equipamento administrativo	231	(131)	100	7	(3)	22	(34)	3	257	(162)	95
Ativos fixos tangíveis em curso	21	-	21	1	-	(22)	-	-	-	-	-
	1.740	(806)	934	65	(115)	-	(272)	70	1.690	(1.008)	682
	1 de janeiro de 2014			Movimentos					31 de dezembro de 2014		
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Amortização - exercício	Amortização - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
Ativos intangíveis											
Ativos de concessão	6.789.675	(2.997.317)	3.792.358	3.883	(1.870)	190.634	(202.357)	1.849	6.982.322	(3.197.824)	3.784.498
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	85.062	-	85.062	159.303	-	(190.634)	-	-	53.730	-	53.730
	6.874.737	(2.997.317)	3.877.420	163.186	(1.870)	-	(202.357)	1.849	7.036.052	(3.197.824)	3.838.228
Total do ativo fixo tangível e intangível	6.876.477	(2.998.123)	3.878.354	163.251	(1.985)	-	(202.628)	1.919	7.037.742	(3.198.832)	3.838.910

As adições registadas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 referem-se essencialmente à aquisição à Galp, através da sua participada Transgás Armazenagem, S.A., dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás natural no montante de 71.451 milhares de Euros e aos direitos subjacentes aos investimentos na construção/renovação e expansão das redes de transporte de electricidade.

As adições verificadas em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 detalham-se como se segue:

	Jun 2015	Dez 2014
Segmento electricidade		
Construção de linhas de 220KV	3.378	11.046
Construção de linha de 400 KV	1.830	37.003
Construção de outras linhas	372	12.930
Construção de novas subestações	4.581	20.779
Ampliação de subestações	9.834	40.806
Outras remodelações em subestações	800	5.185
Sistema de informação e telecomunicações	1.908	5.290
Construção zona piloto - energia das ondas	-	299
Edifícios afectos à concessão	408	1.106
Outros ativos	829	2.966
Segmento gás		
Projectos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	1.404	6.987
Projecto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	1.471	16.842
Ativos de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	71.451	-
Projectos construção e upgrade de operacionalidade - Instalações de GNL	434	1.947
Segmentos outros		
Outros ativos	76	65
Total das adições	98.776	163.251

As principais transferências nos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 detalham-se como se segue:

	Jun 2015	Dez 2014
Segmento electricidade		
Construção de linhas de 220KV	1.703	11.033
Construção de linha de 400 KV	-	36.841
Construção de outras linhas	-	12.255
Subestações novas	190	19.421
Ampliação de subestações	688	50.662
Outras remodelações em subestações	753	4.251
Sistema de informação e telecomunicações	578	7.775
Outros ativos concessionados	562	1.135
Outros ativos	-	22
Segmento gás		
Projectos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	680	7.260
Projecto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	-	38.166
Projectos construção e upgrade de operacionalidade - Instalações de GNL	-	1.835
Total das transferências	5.154	190.656

Os ativos intangíveis em curso em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são conforme se segue:

	Jun 2015	Dez 2014
Segmento eletricidade		
Projetos de linhas 150KV/220KV e 400KV	21.009	17.132
Ampliação e remodelação de subestações	22.183	13.078
Projetos de novas estações	15.750	11.359
Outros projetos	3.618	1.889
Edifícios afectos à concessão	2.200	2.353
Segmento gás		
Projectos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	6.750	6.018
Projecto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	3.996	1.598
Projectos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	680	303
Total do ativo em curso	76.185	53.730

Os encargos financeiros capitalizados em ativos intangíveis em curso, no período findo em 30 de junho de 2015, ascenderam a 1.139 milhares de Euros (2.064 milhares de Euros em 30 de junho de 2014), enquanto os encargos de estrutura e de gestão ascenderam a 6.514 milhares de Euros (7.988 milhares de Euros em 30 de junho de 2014) (Nota 19).

Os pagamentos mínimos das locações financeiras e o valor atual do passivo das locações financeiras em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são detalhados como se segue:

	Jun 2015	Dez 2014
Valor bruto	4.719	4.656
Amortizações e depreciações acumuladas	(1.456)	(1.149)
Valor líquido	3.264	3.507

6 Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a informação financeira relativa às participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos detidas detalha-se da seguinte forma:

Empresa	Atividade	Sede social	Informação financeira							Fração de capital detida		
			30 de Junho de 2015							%	Valor escriturado	Proporção no resultado
			Ativos correntes	Ativos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Rendimentos	Resultado líquido	Rendimento integral total			
<i>Método da equivalência patrimonial:</i>												
Associada:												
OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	1.413	28.907	350	1.863	492	325	325	40	10.928	99
Empreendimento conjunto												
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	7.830	158	3.890	11	1.417	593	593	50	2.044	297
											12.971	396
Empresa	Atividade	Sede social	Informação financeira							Fração de capital detida		
			31 de Dezembro de 2014							%	Valor escriturado	Proporção no resultado
			Ativos correntes	Ativos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Rendimentos	Resultado líquido	Rendimento integral total			
<i>Método da equivalência patrimonial:</i>												
Associada:												
OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	436	29.349	259	1.667	1.086	546	546	40	10.829	218
Empreendimento conjunto												
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	8.873	36	5.401	13	2.229	405	405	50	1.747	202
											12.575	421

Associadas

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empresas associadas” no período findo em 30 de junho de 2015 foi o seguinte:

Participações financeiras em associadas	
A 1 de janeiro de 2015	10.829
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	99
A 30 de junho de 2015	10.928

O valor proporcional do resultado na OMIP, SGPS inclui o efeito do ajustamento proveniente de alterações às Demonstrações Financeiras do ano anterior, efetuadas após aplicação do método de equivalência patrimonial.

Empreendimentos conjuntos

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empreendimentos conjuntos” no período findo em 30 de junho de 2015 foi o seguinte:

Participações financeiras em empreendimentos conjuntos	
A 1 de janeiro de 2015	1.747
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	297
A 30 de junho de 2015	2.044

Na sequência de um acordo conjunto de parceria tecnológica entre a REN - Redes Energéticas Nacionais e a State Grid International Development (SGID), foi criado em maio de 2013 um centro de I&D, em Portugal, dedicado aos sistemas de energia denominado - Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A. (“Centro de Investigação”), controlado conjuntamente pelas duas entidades.

O referido Centro de Investigação pretende tornar-se uma plataforma de conhecimento internacional, catalisadora de soluções e ferramentas inovadoras, aplicadas à operação e planeamento das redes de transporte de energia.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a informação financeira relativa ao empreendimento conjunto detido detalha-se da seguinte forma:

	Outra informação financeira						
	30 de junho de 2015						
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Rendimentos de juros	Gastos de juros	(Gasto)/rendimento do imposto sobre o rendimento
Empreendimento conjunto							
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	7.801	6	10	(10)	7	(1)	(26)

	Outra informação financeira						
	31 de dezembro de 2014						
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Rendimentos de juros	Gastos de juros	(Gasto)/rendimento do imposto sobre o rendimento
Empreendimento conjunto							
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	3.695	6	13	(9)	47	(3)	(128)

7 Imposto sobre o rendimento

A REN é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas localizadas em Portugal em que detém, direta ou

indiretamente, pelo menos 75% do seu capital, os quais devem conferir mais de 50% dos direitos de voto, e cumprem os requisitos previstos no artigo 69.º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2015.

No exercício de 2015 e em conformidade com a Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, o Grupo é tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 21%, que será acrescida de uma derrama municipal de um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável, e uma derrama estadual de (i) 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1.500 milhares de Euros e 7.500 milhares de Euros, de (ii) 5,0% aplicável sobre lucro tributável entre 7.500 milhares de Euros e 35.000 milhares de Euros e de (iii) 7,0% para lucros tributáveis que excedam 35.000 milhares de Euros, resultando numa taxa máxima agregada de, aproximadamente, 29,5%.

A taxa de imposto utilizada na valorização das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis em 30 de junho de 2015, foi atualizada para cada empresa pertencente ao perímetro de consolidação utilizando uma taxa média face às perspetivas futuras do lucro tributável de cada empresa recuperável nos próximos exercícios.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014 são detalhados como se segue:

	Jun 2015	Jun 2014
Imposto corrente	26.197	20.752
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(932)	(1.044)
Imposto diferido	(7.917)	9.030
Imposto sobre o rendimento	17.348	28.738

A reconciliação do montante de imposto calculado à taxa nominal e o imposto reconhecido na demonstração dos resultados é conforme se segue:

	Jun 2015	Jun 2014
Resultado antes de impostos	105.345	99.548
Diferenças permanentes:		
Variações patrimoniais positivas/(negativas)	30	(4)
Gastos não dedutíveis	1.210	583
Rendimentos não tributáveis	(7.749)	(2.617)
Diferenças temporárias:		
Desvios tarifários	(9.047)	(33.333)
Provisões e imparidades	273	52
Reavaliações (incluídas no custo considerado dos ativos intangíveis)	2.589	2.323
Obrigações de benefícios de reforma e outros	(1.089)	(1.049)
Outros	639	-
Lucro tributável	92.200	65.503
Impostos sobre o rendimento	19.362	15.117
Derrama estadual sobre o lucro tributável	4.924	4.091
Derrama municipal	1.514	1.280
Tributações autónomas	396	264
Imposto corrente	26.197	20.752
Imposto diferido	(7.917)	9.030
Imposto diferido	(7.917)	9.030
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(932)	(1.044)
Gasto com impostos sobre o rendimento	17.348	28.738
Taxa efetiva de imposto	16,47%	28,87%

Imposto sobre o rendimento

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o detalhe da rubrica “Imposto sobre o rendimento” a pagar e a receber é detalhada no quadro seguinte:

	Jun 2015	Dez 2014
<u>Imposto sobre o rendimento do exercício:</u>		
Imposto estimado	-	(46.859)
Pagamentos por conta	-	53.301
Retenções na fonte por terceiros	-	3.837
Imposto a recuperar do exercício anterior	11.155	(60)
Imposto a receber	11.155	10.219
Imposto estimado	26.197	-
Pagamentos por conta	(55)	-
Retenções na fonte por terceiros	(452)	-
Imposto a pagar	25.690	-

Impostos diferidos

O detalhe dos impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas é como se segue:

	Jun 2015	Jun 2014
<u>Impacto na demonstração dos resultados:</u>		
Ativos por impostos diferidos	6.357	5.499
Passivos por impostos diferidos	1.560	(14.529)
	<u>7.917</u>	<u>(9.030)</u>
<u>Impactos no capital próprio:</u>		
Ativos por impostos diferidos	(3.595)	77
Passivos por impostos diferidos	4.187	(8.172)
	<u>592</u>	<u>(8.095)</u>
Impacto líquido dos impostos diferidos	<u>8.509</u>	<u>(17.125)</u>

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, por natureza, são como se segue:

Evolução dos ativos por impostos diferidos - junho 2015

	Provisões e imparidades	Pensões	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Imparidade de ativos reavaliados	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2015	1.818	36.715	22.275	5.175	-	-	65.982
Aumento/reversão por capital	-	(214)	-	(3.381)	-	-	(3.595)
Reversão por resultados	-	(316)	(4.270)	-	-	-	(4.586)
Aumento por resultados	76	-	-	-	10.681	185	10.943
Movimento do período	<u>76</u>	<u>(531)</u>	<u>(4.270)</u>	<u>(3.381)</u>	<u>10.681</u>	<u>185</u>	<u>2.762</u>
A 30 de junho de 2015	<u>1.894</u>	<u>36.184</u>	<u>18.005</u>	<u>1.794</u>	<u>10.681</u>	<u>185</u>	<u>68.744</u>

Evolução dos ativos por impostos diferidos - dezembro 2014

	Provisões e imparidades	Pensões	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2014	1.749	39.128	21.548	5.373	2	67.800
Aumento/reversão por capital	-	(1.658)	-	(198)	-	(1.856)
Reversão por resultados	(48)	(755)	-	-	(2)	(806)
Aumento por resultados	117	-	727	-	-	844
Movimento do período	<u>69</u>	<u>(2.413)</u>	<u>727</u>	<u>(198)</u>	<u>(2)</u>	<u>(1.818)</u>
A 31 de dezembro de 2014	<u>1.818</u>	<u>36.715</u>	<u>22.275</u>	<u>5.175</u>	<u>-</u>	<u>65.982</u>

Em 30 de junho de 2015 os ativos por impostos diferidos referem-se maioritariamente às obrigações com os planos de benefícios atribuídos aos empregados e aos desvios tarifários a entregar à tarifa nos próximos exercícios.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, e na sequência de obtenção de decisão favorável de recuperação fiscal de imparidade de ativos gerada aquando da cisão da REN do Grupo EDP, a Empresa reconheceu ativos por impostos diferidos no montante de 10.681 milhares de Euros.

Evolução dos passivos por impostos diferidos - junho 2015

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Justo valor de ativos disponíveis para venda	Total
A 1 de janeiro de 2015	54.246	26.659	11.365	92.270
Aumento/reversão por capital	-	-	(4.187)	(4.187)
Reversão por resultados	(2.432)	(741)	-	(3.174)
Constituição por resultados	-	1.614	-	1.614
Movimentos do período	(2.432)	872	(4.187)	(5.747)
A 30 de junho de 2015	51.814	27.531	7.178	86.523

Evolução dos passivos por impostos diferidos - dezembro 2014

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Justo valor de ativos disponíveis para venda	Total
A 1 de janeiro de 2014	44.666	28.486	805	73.956
Aumento/reversão por capital	-	(237)	10.560	10.323
Reversão por resultados	9.581	-	-	9.581
Constituição por resultados	-	(1.591)	-	(1.591)
Movimentos do período	9.581	(1.828)	10.560	18.313
A 31 de dezembro de 2014	54.246	26.659	11.365	92.270

Os passivos por impostos diferidos relativos a reavaliações resultam de reavaliações efetuadas em exercícios anteriores ao abrigo de diplomas legais. O efeito destes impostos diferidos reflete a não dedução fiscal de 40% das amortizações das reavaliações efetuadas (incluídas no custo considerado dos ativos aquando da transição para as IFRS).

Os diplomas legais na base das reavaliações foram os seguintes:

Diplomas legais (Reavaliações)	
Segmento eletricidade	Segmento gás natural
Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 140/2006
Decreto-Lei nº 399-G/81	
Decreto-Lei nº 219/82	
Decreto-Lei nº 171/85	
Decreto-Lei nº 118-B/86	
Decreto-Lei nº 111/88	
Decreto-Lei nº 7/91	
Decreto-Lei nº 49/91	
Decreto-Lei nº 264/92	

8 Ativos e passivos financeiros

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com as categorias da IAS 39, foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

Junho de 2015

	Notas	Clientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	12	-	-	-	-	-	67.991	67.991	67.991
Clientes e outras contas a receber	10	407.744	-	-	-	-	-	407.744	407.744
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	2.895	99.438	102.333	102.333
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	-	-	-	146.130	-	-	146.130	146.130
Imposto sobre o rendimento a receber	7	-	-	-	-	-	11.155	11.155	11.155
Instrumentos financeiros derivados	11	-	31.211	1.818	-	-	-	33.029	33.029
Total ativos financeiros		407.744	31.211	1.818	146.130	2.895	178.583	768.382	768.382
Passivos									
Empréstimos obtidos	14	-	-	-	-	-	2.630.762	2.630.762	2.594.176
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	-	-	-	352.377	352.377	352.377
Imposto sobre o rendimento a pagar	7	-	-	-	-	-	24.947	24.947	24.947
Instrumentos financeiros derivados	11	-	29.939	-	-	-	-	29.939	29.939
Total passivos financeiros		-	29.939	-	-	-	3.008.086	3.038.025	3.001.440

Dezembro de 2014

	Notas	Clientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	12	-	-	-	-	-	114.258	114.258	114.258
Clientes e outras contas a receber	10	545.967	-	-	-	-	-	545.967	545.967
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	2.910	99.436	102.346	102.346
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	-	-	-	206.973	-	-	206.973	206.973
Imposto sobre o rendimento a receber	7	10.219	-	-	-	-	-	10.219	10.219
Instrumentos financeiros derivados	11	-	21.970	-	-	-	-	21.970	21.970
Total ativos financeiros		556.186	21.970	-	206.973	2.910	213.694	1.001.734	1.001.734
Passivos									
Empréstimos obtidos	14	-	-	-	-	-	2.604.466	2.604.466	2.730.714
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	-	-	-	618.679	618.679	618.679
Instrumentos financeiros derivados	11	-	24.581	-	-	-	-	24.581	24.581
Total passivos financeiros		-	24.581	-	-	-	3.223.145	3.247.726	3.373.974

A rubrica de “Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados”, no montante de 2.895 milhares de Euros, corresponde ao investimento financeiro do Grupo no fundo fechado “Luso Carbon Fund”, com um prazo de maturidade de dez anos.

A rubrica “Outros ativos financeiros” inclui um depósito de garantia a favor do BEI de 99.435 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2014 era de 99.435 milhares de Euros).

Os empréstimos obtidos, tal como referido na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, são mensurados, no reconhecimento inicial ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado, exceto relativamente aos quais tenha sido contratado derivado de cobertura de justo valor (Nota 11), caso em que se encontram mensurados ao justo valor. Não obstante, a REN procede à divulgação do justo valor da rubrica de Empréstimos obtidos na sua totalidade, tendo por base um conjunto de dados observáveis relevantes, os quais se enquadram no nível 2 da hierarquia do justo valor.

O justo valor dos empréstimos obtidos e derivados são calculados pelo método dos cash flows descontados, utilizando a curva de taxa de juro da data da demonstração da posição financeira, de acordo com as características de cada empréstimo.

O intervalo de taxas de mercado utilizado para cálculo do justo valor varia entre -0,118% e 1,550% (maturidades de um dia e quinze anos, respetivamente).

O justo valor dos empréstimos contraídos pelo Grupo em 30 de junho de 2015 é de 2.594.176 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2014 era de 2.730.714 milhares de Euros), dos quais 700.333 milhares de Euros se encontram registados ao custo amortizado e incluem um elemento de justo valor resultante de movimentos na taxa de juro (em 31 de dezembro de 2014 era de 421.906 milhares de Euros).

Estimativa de justo valor - ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 30 de junho de 2015, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação; e

- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	Participações	97.304	45.660	-	142.964
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	10.287	-	10.287
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de justo valor	-	20.925	-	20.925
Ativos financeiros ao justo valor reconhecidos em resultados	Derivados de negociação	-	1.818	-	1.818
Outros investimentos financeiros	Fundo de Tesouraria	2.895	-	-	2.895
		100.199	78.689	-	178.888
Passivos:					
Passivos financeiros ao justo valor	Empréstimos obtidos	-	700.333	-	700.333
Passivos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	16.201	-	16.201
Passivos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de justo valor	-	13.738	-	13.738
		-	730.273	-	730.273

Relativamente aos saldos de contas a receber e contas a pagar correntes o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor.

As contas a pagar e receber não correntes referem-se, essencialmente, aos desvios tarifários cujos valores são publicados pela ERSE e o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor, na medida em que os mesmos incorporam um efeito financeiro associado ao valor temporal do dinheiro, sendo incorporados nas tarifas nos dois anos subsequentes.

Gestão de riscos financeiros

Desde o último período anual de reporte até à data de 30 de junho de 2015, não se verificaram alterações significativas na gestão dos riscos financeiros da Empresa comparativamente aos riscos já divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014. A descrição dos riscos pode ser consultada na Nota 4 - Políticas de Gestão do Risco Financeiro das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

9 Ativos disponíveis para venda

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital próprio detidos em entidades consideradas estratégicas pelo Grupo. Esta rubrica refere-se às seguintes participações:

	Sede social			Valor contabilístico	
	Localidade	País	% detida	Jun 2015	Dez 2014
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Polo Espanhol)	Madrid	Espanha	10,00%	3 167	3 167
Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE")	Madrid	Espanha	1,00%	97 304	99 104
Enagás, S.A.	Madrid	Espanha	1,00%	-	62 530
Med Grid SAS	Paris	França	6,66%	600	600
Hidroeléctrica de Cahora Bassa	Maputo	Moçambique	7,50%	45 660	41 572
				<u>146 730</u>	<u>206 973</u>
Imparidade					
Med Grid SAS				(600)	-
				<u>146 130</u>	<u>206 973</u>

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	OMEL	Med Grid	HCB	REE	ENAGAS	Total
1 de janeiro de 2014	3.167	500	42.205	65.654	45.360	156.886
Aquisições	-	100	-	-	-	100
Ajustamento de justo valor	-	-	(633)	33.450	17.170	49.987
31 de dezembro de 2014	3.167	600	41.572	99.104	62.530	206.973
1 de janeiro de 2015	3.167	600	41.572	99.104	62.530	206.973
Ajustamento de justo valor	-	-	4.087	(1.800)	748	3.035
Alienações	-	-	-	-	(63.278)	(63.278)
Perda por imparidade	-	(600)	-	-	-	(600)
30 de junho de 2015	3.167	-	45.660	97.304	-	146.130

A participação na REE está registada ao justo valor determinado com base na cotação bolsistas da participação financeira à data de 30 de junho de 2015.

A Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE") é a entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha. O Grupo adquiriu 1% de ações da REE como parte de um acordo celebrado entre os governos de Portugal e Espanha. A REE está listada na Bolsa de Madrid integrando o índice "IBEX 35" e o ativo financeiro foi registado na data da demonstração da posição financeira de acordo com a cotação em 30 de junho de 2015.

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 a REN alienou a totalidade das ações detidas na Enagás, representativas de 1% do respetivo capital ao seu valor de mercado, pelo montante total de 63.278 milhares de Euros, tendo gerado uma mais-valia de 20.083 milhares de Euros (Nota 20).

A Enagás assume a responsabilidade pelo transporte e gestão do sistema de gás natural em Espanha, em termos bolsistas encontra-se listada na bolsa de Madrid integrando, inclusivamente, o índice “IBEX 35”. A participação financeira foi valorizada ao justo valor pelo Grupo até à sua alienação tendo por base a sua cotação.

A REN é detentora de 6,66% do capital social da Medgrid, SAS. Este projeto é um consórcio internacional, que promove e facilita o desenvolvimento das redes de interligação do Mediterrâneo, permitindo o transporte para a Europa de eletricidade renovável produzida em África.

A REN é detentora de 2.060.661.943 acções representativas de 7,5 % na Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“HCB”) do capital social e direito de voto da HCB, sociedade de direito moçambicano, transmitidas na sequência do preenchimento das condições do contrato celebrado em 9 de abril de 2012, entre a REN a Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. a CEZA - Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. e a EDM - Electricidade de Moçambique, EP. Esta participação foi inicialmente registada pelo seu custo de aquisição (38.400 milhares de Euros) e posteriormente ajustada para o seu justo valor.

No âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Eletricidade (OMI), e em conformidade com o que estava previsto no Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia elétrica, a Empresa adquiriu 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único, pelo valor global de 3.167 milhares de Euros.

Na medida em que não existe um preço de mercado disponível para os investimentos referidos (MedGrid e OMEL) e não sendo possível determinar o justo valor no período recorrendo a transações comparáveis, estas participações encontram-se refletidas contabilisticamente ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, tal como descrito na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A última Assembleia Geral realizada pelos accionistas da Medgrid, S.A.S deliberou a dissolução desta entidade em 2015, tendo como data de referência 30 de Setembro de 2015. Este facto, de acordo com a avaliação da REN, constitui prova objectiva da imparidade deste activo, na medida em que gera incerteza quanto à sua recuperação, tendo sido reconhecida, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, uma perda por imparidade, no montante de 600

milhares de Euros, apurada pela diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa estimados descontados.

Relativamente ao investimento detido na OMEL não existe na data de relato qualquer indício de imparidade.

Os ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda são registados em capital próprio na rubrica reserva de justo valor que em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 apresenta os seguintes montantes:

	Reserva de justo valor (Nota 13)
1 de janeiro de 2014	20.886
Variação de justo valor	49.987
Efeito fiscal	(10.560)
31 de dezembro de 2014	60.313
1 de janeiro de 2015	60.313
Variação de justo valor	3.035
Alienações	(20.083)
Efeito fiscal	4.187
30 de junho de 2015	47.452

No decorrer do período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 os dividendos atribuídos ao Grupo foram como se segue:

	Jun 2015	Jun 2014
Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE")	2.934	2.462
Enagás, S.A.	-	1.824
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Polo Espanhol)	76	57
Hidroeléctrica de Cahora Bassa	1.026	1.858
	4.036	6.200

Estes montantes foram reconhecidos em rendimentos financeiros na demonstração consolidada dos resultados, tendo sido recebidos 1.203 milhares de Euros durante o primeiro semestre de 2015 (2.387 milhares de Euros no primeiro semestre de 2014).

10 Clientes e outras contas a receber

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o detalhe da rubrica de “Clientes e outras contas a receber” é o seguinte:

	Jun 2015			Dez 2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes e outras contas a receber	197.203	155	197.359	326.935	155	327.090
Imparidade de clientes e contas a receber	(844)	-	(844)	(844)	-	(844)
Clientes - Valor líquido	196.359	155	196.514	326.090	155	326.246
Desvios tarifários	82.357	118.238	200.595	120.538	86.027	206.565
Estado e Outros Entes Públicos	10.635	-	10.635	13.157	-	13.157
Clientes e outras contas a receber	289.351	118.393	407.744	459.785	86.182	545.967

Na composição dos saldos das contas a receber de clientes assume particular relevância: (i) o montante em dívida da EDP - Distribuição de Energia, S.A., o qual ascende a 54.526 milhares de Euros (216.736 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2014), (ii) da Galp, o qual ascende a 14.892 milhares de Euros (19.304 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2014) (iii) o diferimento ativo de 12.722 milhares de Euros referente à contribuição extraordinária sobre o setor energético (Nota 25).

No saldo das contas a receber de clientes, destaca-se ainda a faturação não emitida da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL - Mercado Ibérico de Eletricidade), no montante de 17.705 milhares de Euros (22.336 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo em dívida da EDP - Distribuição de Energia, S.A. inclui a faturação de acerto dos “CMEC - Custo para a Manutenção do Equilíbrio Contratual”, no montante de 128.676 milhares de Euros, também refletidos na rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” (Nota 17) pela factura da EDP Gestão da Produção de Energia, S.A.. Esta transacção configura-se como um *pass-through* na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

Os movimentos ocorridos na imparidade de clientes e outras contas a receber detalha-se como se segue:

	Jun 2015	Dez 2014
Saldo inicial	(844)	(822)
Aumentos	-	(22)
Saldo final	(844)	(844)

11 Instrumentos financeiros derivados

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o Grupo REN tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

	Nocional	30 de junho de 2015			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	575 000 mEuros	-	10.287	-	11.133
Swap de taxa de câmbio e de juro	10 000 000 mJPY / 72 899 mEuros	-	-	-	5.068
		-	10.287	-	16.201
Derivados designados como cobertura de justo valor					
Swaps de taxa de juro	700 000 mEuros	-	20.925	-	13.738
		-	20.925	-	13.738
Derivados de negociação					
Swaps de taxa de juro	60 000 mEuros	-	1.818	-	-
		-	1.818	-	-
Instrumentos financeiros derivados		-	33.029	-	29.939

	Nocional	31 de dezembro de 2014			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	275.000.000 EUR	-	-	-	14.282
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000.000.000 JPY	-	-	-	10.300
		-	-	-	24.581
Derivados designados como cobertura de justo valor					
Swaps de taxa de juro	400.000.000 EUR	-	21.970	-	-
		-	21.970	-	-
Instrumentos financeiros derivados		-	21.970	-	24.581

A valorização da carteira de instrumentos financeiros derivados é baseada em avaliações de justo valor efetuadas por entidades externas especializadas.

O valor reconhecido nesta rubrica refere-se a contratos *swap* de taxa de juro e *cross currency swap*, contratados pela REN SGPS com o objectivo de cobrir o risco de flutuação das taxas de juro e/ou câmbio futuras.

Estão incluídos nos valores apresentados o valor dos juros corridos, a receber ou a pagar à data de 30 de junho de 2015, relativos a estes instrumentos financeiros, no montante líquido a receber de 4.707 milhares de Euros (à data de 31 de dezembro de 2014 era de 614 milhares de Euros a receber).

As características dos instrumentos financeiros derivados contratados associados a operações de financiamento em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 eram as seguintes:

	Nocional de referência	Moeda	REN paga	REN recebe	Vencimento	Justo valor em 30-06-2015	Justo valor em 31-12-2014
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa							
Swaps de taxa de juro	575 000 mEuros	EUR	[0,75%;2,77%]	[-0,14%;0,00%] (taxas variáveis)	[dez-2016; dez-2024]	(847)	(14.282)
Swap de taxa de câmbio e de juro	10 000 000 000 JPY / 72 899 mEuros	EUR/JPY	5,64% (taxa variável a partir de 2019)	2,71%	2024	(5.068)	(10.300)
						(5.914)	(24.581)
Derivados designados como cobertura de justo valor							
Swaps de taxa de juro	700 000 mEuros	EUR	[0,13%;0,48%] (taxas variáveis)	[0,61%;1,72%]	[out-2020; fev-2025]	7.186	21.970
						7.186	21.970
Derivados designados como negociação							
Swaps de taxa de juro	60 000 mEuros	EUR	taxas variáveis a fixar futuramente	[0,00%;0,99%]	2024	1.818	-
						1.818	-
					Total	3.090	(2.611)

A periodicidade dos fluxos pagos e recebidos da carteira de instrumentos financeiros derivados é trimestral e semestral para os contratos de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, semestral e anual para os derivados designados como de cobertura de justo valor e semestral para o derivado de negociação.

O escalonamento do nocional de referência dos derivados de cobertura de fluxos de caixa e de justo valor em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é apresentado no quadro seguinte:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Anos seguintes	Total
Swaps de taxa de juro (cobertura de fluxos de caixa)	5.769	205.769	63.462	-	-	-	300.000	575.000
Swaps de taxa de juro e câmbio (cobertura de fluxos de caixa)	-	-	-	-	-	-	72.899	72.899
Swaps de taxa de juro (cobertura de justo valor)	-	-	-	-	-	400.000	300.000	700.000
Swaps de negociação	-	-	-	-	-	-	60.000	60.000
Total	5.769	205.769	63.462	-	-	400.000	732.899	1.407.899

	2015	2016	2017	2018	2019	Anos seguintes	Total
Swaps de taxa de juro (cobertura de fluxos de caixa)	5.769	205.769	63.462	-	-	-	275.000
Swaps de taxa de juro e câmbio (cobertura de fluxos de caixa)	-	-	-	-	-	-	72.899
Swaps de taxa de juro (cobertura de justo valor)	-	-	-	-	-	400.000	400.000
Total	5.769	205.769	63.462	-	-	472.899	747.899

Swaps:

Cobertura de fluxos de caixa

O Grupo procede à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de dívida, através da contratação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

O nocional dos derivados de cobertura de fluxos de caixa é, à data de 30 de junho de 2015, de 575.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2014 era de 275.000 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros à taxa variável decorrentes de passivos financeiros reconhecidos. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor dos *swaps* de taxa de juro, em 30 de junho de 2015, é de 847 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2014 era de 14.282 milhares de Euros negativos).

Adicionalmente, o Grupo procede à cobertura da sua exposição ao risco de fluxos de caixa da sua emissão obrigacionista de 10.000 milhões de JPY, decorrente do risco cambial, através de um *cross currency swap* com as características principais equivalentes às da dívida emitida. O mesmo instrumento de cobertura é utilizado para uma cobertura de justo valor do risco de taxa de juro da referida emissão obrigacionista através da componente *forward start swap* que só terá início em junho de 2019. As variações de justo valor do instrumento de cobertura encontram-se igualmente a ser diferidas em reservas de cobertura. A partir de junho de 2019, o objetivo será o de cobrir a exposição a JPY e o risco de taxa de juro, transformando a operação numa cobertura de justo valor, passando a registar-se as alterações de justo valor da dívida emitida decorrente dos riscos cobertos, em resultados. O risco de crédito não se encontra coberto.

De referir que são registados na demonstração dos resultados os montantes decorrentes do instrumento de cobertura quando a transação coberta afeta os resultados do exercício.

O justo valor do *cross currency swap* em 30 de junho de 2015 é de 5.068 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2014 era de 10.300 milhares de Euros negativos).

O efeito cambial do subjacente (empréstimo) no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 foi desfavorável no montante de 4.131 milhares de Euros, tendo sido compensado pelo efeito favorável do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício (no período de seis meses findo em 30 de junho de 2014 foi desfavorável em 3.135 milhares de Euros).

A componente ineficaz relativa à cobertura de justo valor registada na demonstração da posição financeira foi de 2.880 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2014 foi de 4.463 milhares de Euros).

O valor registado em reservas referente às coberturas de fluxos de caixa acima referidas é de 8.545 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2014 era de 24.644 milhares de Euros).

Os movimentos registados na reserva de cobertura (Nota 13) foram os seguintes:

	Justo valor	Impacto imposto diferido	Reserva cobertura
1 de janeiro de 2014	(23.362)	5.373	(17.989)
Varição de justo valor e ineficácia	(1.282)	(198)	(1.480)
31 de dezembro de 2014	(24.644)	5.175	(19.468)
1 de janeiro de 2015	(24.644)	5.176	(19.468)
Varição de justo valor e ineficácia	16.099	(3.381)	12.718
30 de junho de 2015	(8.545)	1.795	(6.750)

Cobertura de justo valor

O Grupo procede à cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros a taxa fixa decorrentes da emissão de dívida efetuada. O risco coberto corresponde à variação do justo valor da emissão de dívida atribuíveis a movimentos nas taxas de juro de mercado. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro fixa em taxa de juro variável, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto.

O Grupo procedeu, durante o primeiro semestre de 2015, a uma emissão de dívida de 300.000 milhares de Euros a taxa fixa. Por forma a gerir as variações de justo valor dessa emissão, a Empresa contratou *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa variável e recebe uma taxa fixa, com um nocional de 300.000 milhares de Euros.

Em 30 de junho de 2015 o justo valor destes *swaps* de taxa de juro, com um nocional de 700.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2014 era de 400.000 milhares de Euros) é de 7.186 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2014 era de 21.970 milhares de Euros positivos).

As alterações de justo valor da dívida emitida decorrente do risco de taxa de juro são reconhecidas em resultados, por forma a compensar a variação de justo valor do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, a alteração de justo valor da emissão de dívida relativa ao risco de taxa de juro reconhecida em resultados foi de 21.573 milhares de Euros positivos (em 30 de junho de 2014 era de 18.915 milhares de Euros negativos), resultando numa componente ineficaz de cerca de 2.716 milhares de Euros positivos (em 30 de junho de 2014 era de 163 milhares de Euros negativos).

Derivados de Negociação

O Grupo contratou, em fevereiro de 2015, um *forward start swap* de taxa de juro com data de início em 2019 e maturidade em 2024, em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

Este instrumento, apesar de não designado como de cobertura de acordo com o IAS 39, encontra-se a efectuar a cobertura económica do risco de flutuação das taxas de juro futuras para o período considerado.

O nocional deste derivado de negociação é de 60.000 milhares de Euros à data de 30 de junho de 2015. Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos futuros de juros à taxa variável decorrente dos passivos financeiros do Grupo. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objectivo desta cobertura é transformar os fluxos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor do derivado de negociação, em 30 de junho de 2015, é de 1.818 milhares de Euros positivos.

As variações de justo valor do derivado de negociação são registadas directamente nos resultados do exercício. O rendimento registado nos resultados do exercício relativo ao efeito do justo valor do derivado de negociação é de 1.818 milhares de Euros.

12 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa é como se segue:

	Jun 2015	Dez 2014
Caixa	22	-
Depósitos bancários	67.969	114.258
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	67.991	114.258
Descobertos bancários (Nota 14)	(594)	(1.659)
Caixa e equivalentes de caixa nos fluxos de caixa	67.397	112.599

13 Capital social e ações próprias

Capital social

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital social da REN encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 534.000.000 ações com o valor nominal de 1 Euro cada:

	Número de ações	Capital social
Capital Social	534.000.000	534.000

Ações próprias

Em 30 de junho de 2015, a REN SGPS detinha as seguintes ações em carteira:

	Número de ações	Percentagem de capital social	Valor
Ações próprias	3.881.374	0,73%	(10.728)

Não houve aquisição ou venda de ações próprias no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais a REN SGPS tem de garantir em cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

Reservas e resultados acumulados

A rubrica de “Reservas”, no montante de 320.791 milhares de Euros, inclui:

- Reservas legais: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 30 de junho de 2015 esta rubrica ascende a 102.608 milhares de Euros;
- Reservas de justo valor: inclui as variações de justo valor dos ativos financeiros detidos para venda (47.452 milhares de Euros positivos), conforme detalhado na Nota 9;

- Reserva de cobertura - inclui as variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é efetiva (6.750 milhares de Euros negativos), os quais encontram-se detalhados na Nota 11.
- Outras reservas: Esta rubrica é movimentada pela (i) aplicação dos resultados dos exercícios, sendo passível de distribuição aos acionistas, exceto quanto à limitação definida pelo Código das Sociedades Comerciais no que respeita às ações próprias (reservas livres), e (ii) variações de capital próprio de entidades participadas, registadas pelo método de equivalência patrimonial. Em 30 de junho de 2015 esta rubrica ascende a 177.482 milhares de Euros.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, os incrementos decorrentes da adoção de justo valor (reservas de justo valor e reservas de cobertura) apenas poderão ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhe deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso.

14 Empréstimos obtidos

A alocação dos empréstimos quanto à sua maturidade (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, é como se segue:

	30 junho de 2015			31 dezembro de 2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas	80.000	1.493.321	1.573.321	113.500	1.240.762	1.354.262
Empréstimos bancários	113.142	722.077	835.219	111.654	747.388	859.042
Papel Comercial	100.000	102.000	202.000	150.000	227.000	377.000
Descobertos bancários (Nota 12)	594	-	594	1.659	-	1.659
Locações financeiras	1.051	1.893	2.943	1.049	2.231	3.280
	<u>294.786</u>	<u>2.319.290</u>	<u>2.614.077</u>	<u>377.862</u>	<u>2.217.381</u>	<u>2.595.243</u>
Juros a pagar - empréstimos	32.476	-	32.476	25.787	-	25.787
Juros pagos (antecipação)	(5.786)	(10.005)	(15.791)	(6.697)	(9.867)	(16.564)
Empréstimos	<u>321.476</u>	<u>2.309.285</u>	<u>2.630.762</u>	<u>396.952</u>	<u>2.207.514</u>	<u>2.604.466</u>

Os empréstimos obtidos apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Anos seguintes	Total
Dívida - Não Corrente	-	356.244	101.708	446.238	193.896	502.372	718.832	2.319.290
Dívida - Corrente	238.836	55.950	-	-	-	-	-	294.786
	<u>238.836</u>	<u>412.194</u>	<u>101.708</u>	<u>446.238</u>	<u>193.896</u>	<u>502.372</u>	<u>718.832</u>	<u>2.614.077</u>

O detalhe dos empréstimos obrigacionistas em 30 de junho de 2015 é o seguinte:

30 de junho de 2015				
Data da Emissão	Data de Reembolso	Montante	Taxa de juro	Periodicidade de pagamento de juros
Emissões privadas REN SGPS				
Emissões ao abrigo do Programa 'Euro Medium Term Notes'				
26-06-2009	26-06-2024	mJPY 10.000.000 (i)	Taxa fixa (ii)	Semestral
21-09-2012	21-09-2016	mEUR 300.000	Taxa fixa EUR 6,25%	Semestral
28-09-2012	28-09-2015	mEUR 50.000 (i)	Taxa fixa	Anual
16-01-2013	16-01-2020	mEUR 150.000 (i)	Taxa variável	Trimestral
31-01-2013	31-01-2018	mEUR 300.000	Taxa fixa EUR 4,125%	Anual
17-10-2013	16-10-2020	mEUR 400.000 (ii)	Taxa fixa EUR 4,75% (ii)	Anual
12-02-2015	12-02-2025	mEUR 300.000	Taxa fixa EUR 2,50% (ii)	Anual

(i) Estas emissões correspondem a colocações privadas.

(ii) Estas emissões têm associados swaps de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio

O grupo detém cinco programas de papel comercial no valor de 900.000 milhares de Euros, estando disponíveis 698.000 milhares de Euros. Do valor total dos programas de papel comercial, 600.000 milhares de Euros possuem garantia de colocação.

No período findo em 30 de junho de 2015 foram efectuadas as seguintes operações:

- O Grupo procedeu a uma nova emissão obrigacionista a taxa fixa no montante de 300.000 milhares de Euros; e
- No âmbito do contrato de financiamento assinado em 2010 com o Banco Europeu de Investimento para financiamento de projectos na área de electricidade, foi desembolsada a segunda tranche, no montante de 75.000 milhares de Euros.

Os empréstimos bancários são constituídos na sua maioria (591.427 milhares de Euros) por empréstimos do BEI - Banco Europeu de Investimento.

O Grupo tem ainda 80.000 milhares de Euros em linhas de crédito contratadas e não utilizadas com vencimentos até um ano, sendo renováveis periodicamente de forma automática (caso não sejam denunciadas no período contratualmente estipulado para o efeito).

Decorrente da cobertura de justo valor existente, sobre emissões de dívida de 700.000 milhares de Euros (Nota 11), foi reconhecida a alteração de justo valor dessas emissões relativa ao risco de taxa de juro, diretamente em resultados, no montante de 21.573 milhares de Euros positivos (em 30 de junho de 2014 era de 18.915 milhares de Euros negativos).

Os passivos financeiros do Grupo apresentam os seguintes *covenants* principais: *Cross default*, *Pari Passu*, *Negative Pledge*, *Gearing* (rácio que relaciona o capital próprio total consolidado com o valor total dos ativos concessionados do Grupo). O rácio de *Gearing* do Grupo cumpre confortavelmente os limites definidos contratualmente estando 94% acima do valor mínimo (em 31 de dezembro de 2014, encontrava-se 97% acima do limite).

Os financiamentos celebrados com o BEI incluem ainda *covenants* relacionados com notações de *rating* em que o Grupo pode ser chamado a prestar uma garantia aceitável para o BEI, no caso de verificação de notações *rating* abaixo dos níveis estipulados.

A REN e as suas subsidiárias são parte em alguns contratos de financiamento e emissões de dívida, que incluem cláusulas de alteração de controlo típicas neste tipo de transacções (abrangendo, ainda que de forma não expressa, alterações de controlo em resultado de ofertas públicas de aquisição) e essenciais para a concretização de tais transacções no respetivo contexto de mercado. Em qualquer caso, a aplicação prática destas cláusulas é limitada considerando as restrições legais à titularidade de ações da REN.

Segundo normas legais relativas à concorrência, termos contratuais e práticas usuais de mercado nem a REN nem as suas contrapartes em contratos de financiamento estão autorizadas a divulgar outras informações relativamente às características das respectivas operações de financiamento.

Locações

Os pagamentos mínimos das locações financeiras e o valor atual do passivo das locações financeiras em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são detalhados como se segue:

	Jun 2015	Dez 2014
Locações Financeiras - pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	1.085	1.133
Entre 1 e 5 anos	1.979	2.309
	<u>3.064</u>	<u>3.442</u>
Custos financeiros futuros das locações financeiras	(121)	(162)
Valor actual do passivo das locações financeiras	<u>2.943</u>	<u>3.280</u>
	Jun 2015	Dez 2014
Valor actual das Locações financeiras		
Até 1 ano	1.026	1.049
Entre 1 e 5 anos	1.918	2.231
	<u>2.943</u>	<u>3.280</u>

15 Obrigações de benefícios de reforma e outros

A REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. concede complementos de pensões de reforma, pré-reforma e sobrevivência (daqui em diante referido como Plano de Pensões) e assegura aos seus reformados e pensionistas, em condições similares aos trabalhadores no ativo, um plano de cuidados médicos concedendo, ainda, outros benefícios como prémios de antiguidade, de reforma e subsídio de morte (descrito como Outros benefícios). O Grupo atribui aos empregados planos de seguro de vida.

Em novembro de 2012, o Grupo REN denunciou o Acordo Coletivo de Trabalho (“ACT”) que abrangia apenas uma parte dos colaboradores (cerca de 50%) apresentando aos sindicatos uma proposta de um ACT global abrangendo as empresas da esfera do Grupo REN. Esta proposta de novo acordo visou integrar num só documento regulamentação diversa e dispersa existente nas diversas empresas, adequando o documento às atuais necessidades do Grupo.

Em 30 de janeiro de 2015 o Grupo REN chegou a acordo com a totalidade dos sindicatos representativos dos seus colaboradores relativamente à negociação do novo ACT, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2015.

Face à alteração dos benefícios de longo prazo decorrentes da alteração do ACT foi preparado uma avaliação actuarial para o período findo em 30 de junho de 2015, incorporando as seguintes alterações nas responsabilidades futuras:

- Plano Médico, foram considerados os novos limites de participações;
- Plano Outros Benefícios, foi incluído o benefício de Electricidade.

As alterações decorrentes do novo ACT nos benefícios de reforma constituíram, em conformidade com o disposto na IAS 19, uma alteração ao plano tendo sido reconhecida em resultados do período.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativos a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

	Jun 2015	Dez 2014
Obrigações na demonstração da posição financeira		
Plano de pensões	83.610	86.465
Cuidados médicos e outros benefícios	41.013	39.996
Plano de seguro de vida	165	157
	124.788	126.617

Durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014, foram reconhecidos os seguintes gastos operacionais, relativos a planos de benefícios com os empregados:

	Jun 2015	Jun 2014
Gastos na demonstração dos resultados (Nota 22)		
Plano de pensões	2.325	2.857
Cuidados médicos e outros benefícios	1.729	832
Plano de seguro de vida	9	8
Total de Gastos na demonstração dos resultados	4.063	3.697

A rubrica de “Gastos com pessoal” relativos a benefícios aos empregados no montante de 4.063 milhares de Euros inclui o efeito relativo à alteração do plano decorrente do novo ACT: (i) 5.435 milhares de Euros positivos no plano médico; e (ii) 6.493 milhares de Euros negativos nos Outros Benefícios.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo dos benefícios pós-emprego, são os considerados pelo Grupo REN e pela entidade especializada em estudos atuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões e as respetivas responsabilidades com benefícios de reforma, são os seguintes:

	Jun 2015	Dez 2014
Taxa anual de desconto	2,00%	2,00%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada (mais de 60 anos e 36 anos de serviço) - ao abrigo do ACT	20,00%	20,00%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada por actos de gestão	20,00%	20,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	2,70%	2,70%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,20%	1,20%
Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social	0,00%	0,00%
Taxa de inflação	1,20%	1,20%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde	3,50%	3,50%
Despesas de gestão (por funcionário/ano)	223 €	223 €
Taxa de crescimento das despesas de gestão	1,20%	1,20%
Idade de reforma (número de anos)	66	66
Taxa de rendimento	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90

16 Provisões para outros riscos e encargos

A evolução das provisões durante os períodos apresentados é a seguinte:

	Jun 2015	Dez 2014
Saldo inicial	7.316	5.903
Aumentos	273	1.449
Reversão	(519)	-
Utilizações	(126)	(35)
Saldo final	6.945	7.316
Provisão corrente	1.725	2.369
Provisão não corrente	5.220	4.947
	6.945	7.316

Em 30 de junho de 2015 a rubrica de provisões refere-se essencialmente à estimativa de pagamentos a serem efetuados pela REN decorrentes de processos judiciais em curso por danos causados a terceiros e a uma provisão para reestruturação no montante de 1.213 milhares de Euros no âmbito do processo de reestruturação do Grupo em curso.

17 Fornecedores e outras contas a pagar

A rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 apresenta o seguinte detalhe:

	Jun 2015			Dez 2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores						
Fornecedores conta corrente (Nota 8)	114.955	-	114.955	263.608	-	263.608
Outros credores						
Credores diversos (Nota 8)	107.808	29.746	137.554	145.500	27.788	173.288
Desvios tarifários (Nota 8)	28.013	15.597	43.609	55.650	2.975	58.625
Fornecedores de investimento (Nota 8)	38.226	-	38.226	99.813	-	99.813
Estado e outros entes públicos (Nota 8) (i)	13.328	-	13.328	18.615	-	18.615
Proveitos diferidos						
Subsídios ao investimento	17.892	293.445	311.336	17.795	297.465	315.259
Acréscimos de custos						
Férias e subsídios e outros encargos férias (Nota 8)	4.705	-	4.705	4.729	-	4.729
Fornecedores e outras contas a pagar	324.926	338.787	663.713	605.710	328.228	933.938

(i) Os saldo de estado e outros entes públicos referem-se a valores a liquidar de IVA, IRS e outros impostos

Em 30 de junho de 2015 a rubrica “Credores diversos” inclui, essencialmente: (i) o montante de 31.093 milhares de Euros relativo a uma verba recebida pelo Estado Português, em 3 de janeiro de 2014, que será devolvida ao Sistema Elétrico Nacional, para efeitos de redução do défice tarifário e mitigação do impacto tarifário dos custos com a política energética, nos termos da legislação aplicável; e (ii) o reconhecimento em 2015 da obrigação referente à

contribuição extraordinária sobre o setor energético no montante de 25.445 milhares de Euros (Nota 25).

Para este saldo contribui ainda o valor a facturar da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL - Mercado Ibérico de Eletricidade), no montante de 17.705 milhares de Euros (22.336 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2014).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o saldo da rubrica de “Fornecedores conta corrente” inclui o acerto dos “CMEC - Custo para a Manutenção do Equilíbrio Contratual” faturado pela EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A., no montante de 128.676 milhares de Euros, também refletidos na rubrica de “Clientes e outras contas a receber” (Nota 10) através da fatura emitida à EDP - Distribuição de Energia, S.A.. Esta transacção configura um *pass-through* na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

18 Vendas e prestação de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração consolidada dos resultados, é detalhado como se segue:

	Jun 2015	Jun 2014
Vendas de Materiais		
Mercado interno	400	59
	<u>400</u>	<u>59</u>
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Transporte de electricidade e gestão global do sistema	174.178	191.721
Transporte de gás natural	59.319	61.196
Regaseificação	15.741	16.234
Armazenamento de gás natural	10.590	6.193
Rede de telecomunicações	2.515	2.661
Margem do Agente Comercial - REN Trading	1.512	1.977
Outros	781	451
	<u>264.634</u>	<u>280.433</u>
Total das Vendas e Prestações de serviços	<u>265.034</u>	<u>280.492</u>

19 Rendimentos e gastos de construção

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, o Grupo REN não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão.

O detalhe do rédito e dos encargos com a aquisição dos ativos concessionados nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014 é o seguinte:

	Jun 2015	Jun 2014
Rendimentos de construção - ativos de concessão		
- Aquisições	90.979	25.957
- Trabalhos para a própria empresa:		
Encargos financeiros (Nota 5)	1.139	2.064
Encargos de estrutura e gestão (Nota 5)	6.514	7.988
	98.632	36.009
Gastos de construção - ativos de concessão		
- Aquisições	90.979	25.957
	90.979	25.957

20 Outros rendimentos operacionais

A rubrica de “Outros rendimentos operacionais” é apresentada como se segue:

	Jun 2015	Jun 2014
Reconhecimento de subsídios ao investimento	8.946	8.895
Proveitos suplementares	739	842
Mais-valia na alienação da Enagás (Nota 9)	20.083	-
Outros	1.095	1.222
	30.863	10.959

21 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014 apresentava o seguinte detalhe:

	Jun 2015	Jun 2014
Subcontratos de transporte de gás	1.735	1.431
Custos de manutenção	3.007	3.413
Comissões a entidades externas i)	4.558	3.611
Custos com energia eléctrica	2.114	1.857
Custos com seguros	1.634	1.399
Vigilância e segurança	825	748
Deslocações e estadas	460	560
Custos com publicidade e comunicação	365	444
Outros (inferiores a 500 milhares de Euros)	1.967	2.311
	16.666	15.776

- i) As comissões pagas a entidades externas referem-se a trabalhos especializados e honorários pagos pela REN por prestação de serviços contratualizados e estudos especializados.

22 Gastos com pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” é detalhada da seguinte forma:

	Jun 2015	Jun 2014
Remunerações		
Órgãos sociais	1.215	1.145
Pessoal	16.135	16.470
	<u>17.350</u>	<u>17.615</u>
Encargos sociais e outros gastos		
Custos com benefícios de reforma e outros (Nota 15)	4.063	3.697
Encargos sobre remunerações	3.610	3.687
Custos de acção social	20	165
Outros	1.190	1.115
	<u>8.883</u>	<u>8.664</u>
Total de Gastos com o pessoal	<u>26.233</u>	<u>26.279</u>

As remunerações dos órgãos sociais incluem as remunerações do Conselho de Administração da REN SGPS e as remunerações auferidas pela Mesa da Assembleia Geral.

23 Outros gastos operacionais

O detalhe da rubrica de “Outros gastos operacionais” é como se segue:

	Jun 2015	Jun 2014
Custos de funcionamento da ERSE i)	4.605	4.498
Donativos	33	62
Impostos	409	495
Quotizações	808	913
Outros	363	571
	<u>6.218</u>	<u>6.539</u>

i) A rubrica de custos de funcionamento da ERSE, refere-se a débitos efetuados pela ERSE a recuperar através das tarifas de eletricidade e do gás.

24 Gastos de financiamento e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos incorridos com financiamentos e rendimentos financeiros obtidos é como se segue:

	Jun 2015	Jun 2014
Gastos de financiamento		
Juros suportados	53.264	62.389
Instrumentos financeiros derivados	1.627	67
Outros investimentos financeiros	15	-
Outros gastos financeiros	199	829
	55.105	63.285
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	1.914	2.301
Instrumentos financeiros derivados	4.553	2.582
Outros investimentos financeiros	-	41
	6.467	4.924

25 Contribuição extraordinária sobre o setor energético

A Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro veio introduzir uma contribuição específica sobre as entidades que operam no ramo da energia, denominada Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético (CESE), tendo sido prorrogada pela Lei nº82-B/2014, de 31 de dezembro.

O regime criado visa financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do sector, através da constituição de um fundo com o principal objectivo de redução do défice tarifário. Encontram-se sujeitas a este regime, entre outras, as entidades que sejam concessionárias das atividades de transporte ou de distribuição de electricidade e gás natural.

O cálculo do valor a desembolsar, no caso de empresas reguladas, incide sobre o mais elevado entre o valor dos ativos regulados e o valor do ativo líquido, à data de 1 de janeiro de 2015 sobre os quais é aplicada a taxa de 0,85%.

Na medida em que se trata de uma obrigação presente cujos factos originários já ocorreram, tendo tempestividade e quantia certas ou determinável, a REN reconheceu um passivo no montante de 25.445 milhares de Euros (Nota 17), um diferimento ativo no montante de 12.722 milhares de Euros e o correspondente gasto relativo ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 no montante de 12.722 milhares de Euros.

26 Resultado por ação

Os resultados por ação atribuíveis aos detentores do capital do Grupo foram calculados como se segue:

		Jun 2015	Jun 2014
Resultado líquido consolidado considerado no cálculo do resultado por ação	(1)	75.275	58.278
Nº de ações ordinárias em circulação no período (Nota 13)	(2)	534.000.000	534.000.000
Efeito das ações próprias (Nota 13)		3.881.374	3.881.374
Nº de ações no período	(3)	530.118.626	530.118.626
Resultado básico por ação (euro por ação)	(1)/(3)	0,14	0,11

Pelo facto de não existirem situações que originem diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

27 Dividendos por ação

No dia 17 de abril de 2015 foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de dividendos aos acionistas, em função do resultado de exercício de 2014, no montante de 91.314 milhares de Euros (0,171 Euros por ação), incluindo o dividendo atribuível às ações próprias no montante de 664 milhares de Euros, tendo sido pago aos acionistas o montante de 90.650 milhares de Euros.

A distribuição de dividendos, apurados em função do resultado consolidado do exercício de 2013, ascendeu a 91.314 milhares de Euros (0,171 euros por acção). O dividendo atribuível às ações próprias ascendeu a 664 milhares de Euros, tendo sido pago aos acionistas o montante de 90.650 milhares de Euros.

28 Garantias prestadas

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014, o Grupo tem garantias prestadas às seguintes entidades:

Beneficiário	Objecto	Jun 2015	Dez 2014
BEI	Para garantir empréstimos	329.493	272.404
Direcção Geral de Geologia e Energia	Cumprimento das obrigações de Contratos de Concessão	20.500	20.500
Juiz de Direito do Tribunal de Comarca	Caucionar a expropriação de terrenos	5.549	5.549
Câmara Municipal do Seixal	Garantia de processos em curso	2.152	4.079
Operador Mercado Ibérico	Garantir a liquidação da dívida exequenda	2.000	2.000
Câmara Municipal de Odivelas	Garantia de processos em curso	1.119	1.119
Instituto da Segurança Social	Garantir a liquidação da dívida	511	511
Câmara Municipal de Silves	Garantia de processos em curso	352	352
Autoridade Tributária e Aduaneira	Garantir a suspensão de processo de execução fiscal	205	205
NORSCUT - Concessionária de Auto-estradas, SA	Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes de obras	200	200
União Europeia	Garantia prestada no âmbito de subsídio ao investimento (Reforço Beira Interior)	177	177
Tribunal do Trabalho de Lisboa	Garantia de processos em curso	-	153
Câmara Municipal de Aveiro	Garantia de processos em curso	87	43
EP - Estradas de Portugal	Garantir o bom e integral funcionamento das obrigações que decorrem de obras	84	84
Alrisa - Sociedade Imobiliária, S.A.	Contrato de arrendamento urbano	15	-
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	Garantir a suspensão de processo de execução	2	2
		362.446	307.377

29 Partes relacionadas

Principais acionistas e ações detidas pelos membros dos órgãos sociais

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014, o Grupo tem garantias prestadas às seguintes entidades:

	Jun 2015		Dez 2014	
	Número de ações	%	Número de ações	%
State Grid Europe Limited (Grupo State Grid)	133.500.000	25,00%	133.500.000	25,00%
Mazoon B.V. (Grupo Oman Oil Company S.A.O.C.)	80.100.000	15,00%	80.100.000	15,00%
Gestmin, SGPS, S.A.	31.326.951	5,87%	31.326.951	5,87%
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	28.371.417	5,31%	26.421.424	4,95%
EDP - Energias de Portugal, S.A.	26.707.335	5,00%	26.707.335	5,00%
Oliren, SGPS, S.A.	26.700.000	5,00%	26.700.000	5,00%
Red Eléctrica Corporación, S.A.	26.700.000	5,00%	26.700.000	5,00%
EGF - Gestão e Consultoria Financeira, S.A.	-	-	15.667.174	2,93%
Ações próprias	3.881.374	0,73%	3.881.374	0,73%
Free float	176.712.923	33,09%	162.995.742	30,52%
	534.000.000	100,00%	534.000.000	100,00%

Transações de ações por membros do Conselho de Administração

Não ocorreram situações de transações efetuadas por membros dos órgãos sociais, face às demonstrações consolidadas da REN, em 31 de dezembro de 2014.

Remunerações do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da REN, SGPS foi considerado de acordo com a IAS 24 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do grupo.

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da REN,SGPS ascenderam a 1.215 milhares de Euros (1.145 milhares de Euros em 30 de junho de 2014) conforme quadro abaixo:

	Jun 2015	Jun 2014
Remuneração e outros benefícios de curto prazo	1.215	1.145
	1.215	1.145

Transações com sociedades em relação de domínio ou de grupo

No exercício da sua atividade a REN realiza transações com entidades do Grupo ou com entidades em relação de domínio. Os termos e condições praticadas entre a REN e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No processo de consolidação, os montantes relativos às transações realizadas e os saldos por liquidar são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas (Nota 3.2 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014).

As principais transações realizadas entre empresas do Grupo REN foram: (i) financiamentos e suprimentos concedidos pela Empresa-mãe, no âmbito da gestão corrente dos mesmos; e (ii) serviços partilhados pelo Grupo, nomeadamente, serviços jurídicos, administrativos e de informática.

Saldos e transações com acionistas, empresas associadas e outras partes relacionadas

O Grupo REN efetuou as seguintes transações com acionistas de referência, detentores de participações qualificadas e entidades associadas:

Rendimentos

	Jun 2015	Jun 2014
<u>Vendas e prestações de serviços</u>		
Faturação emitida - EDP	470.705	791.737
Faturação emitida - OMIP	165	455
Faturação emitida - North China International Power (Grupo State Grid)	-	140
Faturação emitida - REE	1.673	-
Faturação emitida - Centro de Investigação em Energia REN - State Grid	120	54
<u>Rendimentos financeiros:</u>		
<u>Dividendos:</u>		
REE	2.934	2.462
	475.598	794.848

Os valores apresentados como faturação emitida à EDP referem-se essencialmente à faturação da tarifa do Uso Global do Sistema (UGS) e Transporte de Energia Eléctrica (TEE) que incluem montantes que se configuram como uma transação de agente cujos rendimentos e gastos se encontram compensados na demonstração consolidada dos resultados.

Gastos

	Jun 2015	Jun 2014
<u>Fornecimentos e serviços externos</u>		
Faturação recebida - EDP	199.622	409.266
Faturação recebida - OMIP	173	36
Faturação recebida - REE	2.260	472
Faturação recebida - Norfin - Serviços, S.A. ¹	-	3
Faturação recebida - Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	-	1
Faturação recebida - CMS Rui Pena & Arnaut ²	38	61
	202.093	409.838

¹ Entidade relacionada com o Grupo EGF - Gestão e Consultoria Financeira, S.A.

² Entidade relacionada com o Administrador José Luis Arnaut.

Os valores apresentados como faturação recebida da EDP são relativos ao papel de intermediário da REN na compra e venda de eletricidade, cujos rendimentos e gastos são compensados na demonstração consolidada dos resultados, por se configurar como uma operação de “agente” do ponto de vista de reconhecimento do rédito.

Saldos

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como se segue:

	Jun 2015	Dez 2014
<u>Cientes e outras contas a receber</u>		
EDP - clientes	68.926	227.448
EDP - cauções	155	1.633
EDP - outros devedores	1.057	-
OMIP - clientes	-	2
OMIP - outros devedores	3	700
OMIP - cauções	256	1
Oman Oil - outros devedores	1	1
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros devedores	150	211
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Clientes	7	15
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	1	-
REE - clientes	251	35
	<u>70.807</u>	<u>230.044</u>
<u>Fornecedores e outras contas a pagar</u>		
EDP - saldo em fornecedores	7.887	132.979
EDP - saldo em outros credores	92	-
OMIP - outras contas a pagar	186	183
OMIP - cauções recebidas	27	27
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros credores	3	7
Norfin Sociedade Gestora de Fundos - cauções recebidas ¹	-	9
CMS - Rui Pena & Arnaut - saldo em fornecedores ²	15	20
REE - fornecedores	395	248
	<u>8.605</u>	<u>133.472</u>

¹ Entidades relacionadas com o Grupo EGF - Gestão e Consultoria Financeira, S.A.

² Entidade relacionada com o Administrador José Luis Arnaut.

30 Eventos subsequentes

Após a data da demonstração da posição financeira, não ocorreram eventos que dessem origem a ajustamentos ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa do semestre findo em 30 de setembro de 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Maria Teresa Martins

O Conselho de Administração

Rodrigo Costa
(Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)

Manuel Champalimaud
(Vogal do Conselho de Administração)

João Faria Conceição
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Jorge Magalhães Correia
(Vogal do Conselho de Administração)

Gonçalo Morais Soares
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Francisco João Oliveira
(Vogal do Conselho de Administração)

Guangchao Zhu
(Vice-Presidente do Conselho de Administração designado pela State Grid International Development Limited)

José Luis Arnaut
(Vogal do Conselho de Administração)

Mengrong Cheng
(Vogal do Conselho de Administração)

Manuel Sebastião
(Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Longhua Jiang
(Vogal do Conselho de Administração)

Gonçalo Gil Mata
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Omar Al Wahaibi
(Vogal do Conselho de Administração)

Maria Estela Barbot
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Nota: As restantes folhas do presente Relatório e contas (1º Semestre de 2015) foram rubricadas pelo Secretário da Sociedade e pelo Técnico Oficial de Contas.

4. ANEXOS

4.1 Declaração de Conformidade

*DECLARAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 246.º, N.º 1, ALÍNEA C)
DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS*

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 246.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., abaixo identificados nominativamente, subscreveu a seguinte declaração que a seguir se transcreve¹:

Declaro, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 246.º, n.º 1, alínea c) do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada no seio do Conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva, consoante aplicável, as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no seu perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar relativo ao primeiro semestre de 2015 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Rodrigo Costa (Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)

João Faria Conceição (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Gonçalo Morais Soares (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Guangchao Zhu (Vice-Presidente do Conselho de Administração designado pela State Grid International Development Limited)

Mengrong Cheng (Vogal do Conselho de Administração)

Longhua Jiang (Vogal do Conselho de Administração)

Omar Al-Wahaibi (Vogal do Conselho de Administração)

Manuel Champalimaud (Vogal do Conselho de Administração)

Jorge Magalhães Correia (Vogal do Conselho de Administração)

Francisco João Oliveira (Vogal do Conselho de Administração)

José Luis Arnaut (Vogal do Conselho de Administração)

Manuel Sebastião (Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Gonçalo Gil Mata (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Maria Estela Barbot (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Lisboa 31 de julho de 2015

¹ Os originais das declarações individuais referidas encontram-se disponíveis para consulta na sede da sociedade

4.2 Lista dos titulares de participações qualificadas [Alínea c) do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008]

Lista de Titulares de Participações Qualificadas (a 30.06.2015)	N.º de ações	Capital (%)	Direitos de voto (%)
State Grid of China	133.500.000 ¹	25,0%	25,0%
Oman Oil	80.100.000 ²	15,0%	15,0%
Gestmin, SGPS, S.A.	31.326.951 ³	5,9%	5,9%
EDP - Energias de Portugal, S.A.	26.707.335 ⁴	5,0%	5,0%
Oliren, SGPS, S.A.	26.700.000	5,0%	5,0%
Red Eléctrica Corporación, S.A.	26.700.000	5,0%	5,0%
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	28.371.417 ⁵	5,3%	5,3%

Deste modo, nos termos do disposto no artigo 20.º do Cód.VM, com referência a 30 de junho de 2015, as participações qualificadas de acionistas a que sejam imputáveis direitos de voto correspondentes a, pelo menos, 2% dos direitos de voto inerentes ao capital social da REN são as seguintes:

	N. Ações	% Voto
State Grid	133.500.000	25,0%
Oman Oil	80.100.000	15,0%
Gestmin, SGPS, S.A.	31.326.951	5,9%
EDP - Energias de Portugal, S.A.	26.707.335	5,0%
Oliren, SGPS, S.A.	26.700.000	5,0%
Red Eléctrica Corporación, S.A.	26.700.000	5,0%
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	28.371.417	5,3%

¹ Esta participação qualificada é imputável às sociedades (i) State Grid Europe Limited (SGEL), enquanto titular direta, (ii) State Grid International Development Limited (SGID), na qualidade de acionista dominante da SGEL e, por último, (iii) State Grid Corporation of China, enquanto sociedade que controla integralmente a SGEL.

² Esta participação qualificada é imputável às sociedades (i) Mazoon B.V., enquanto titular direta, e (ii) Oman Oil Company SAOC, enquanto sociedade que controla integralmente a Mazoon, B.V..

³ A presente participação qualificada da Gestmin, SGPS, S.A. compreende (i) 31.046.951 ações detidas directamente e (ii) 280.000 ações detidas por Manuel Carlos de Melo Champalimaud, enquanto acionista maioritário daquela sociedade e Presidente do Conselho de Administração.

⁴ A EDP - Energias de Portugal, S.A. detém 18.690.000 ações diretamente e 8.017.335 ações indiretamente através da EDP Pension Fund, sociedade em relação de grupo com a EDP.

⁵ A participação qualificada da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade) compreende (i) 28.115.968 ações detidas diretamente pela Fidelidade, (ii) 95.816 ações detidas pela Via Direta – Companhia de Seguros, S.A. e (iii) 30.000 ações detidas pela Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A., sociedades detidas integralmente pela Fidelidade. Os direitos de voto inerentes às ações da REN detidas pela Fidelidade são igualmente imputáveis à sociedade Longrun Portugal, SGPS, S.A. detentora de 84,90% do capital social da Fidelidade, que por sua vez é detida integralmente pela sociedade Millenium Gain Limited, que por seu turno é detida a 100% pela Fosun Holdings Limited, que por sua vez é detida a 100% pela Fosun International Limited. A sociedade Longrun Portugal, SGPS, S.A. detém igualmente 80% do capital social da Cares – Companhia de Seguros, S.A. e da Multicare – Seguros de Saúde, S.A., as quais detêm respetivamente, 78.907 e 50.726 ações da REN.

4.3 Valores mobiliários detidos por titulares dos órgãos sociais [Alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008]

Conselho de Administração conforme composição em 30.06.2015:

	Conselho de Administração	Aquisições	Onerações	Alienações	N.º Ações a 30.06.2015
Comissão Executiva	Rodrigo Costa	-	-	-	0 (zero)
	João Faria Conceição	-	-	-	500
	Gonçalo Morais Soares	-	-	-	0 (zero)
	Guangchao Zhu – Designado pela State Grid International Development Limited	-	-	-	133.500.000 ¹
	Mengrong Cheng	-	-	-	0 (zero)
	Longhua Jiang	-	-	-	0 (zero)
	Omar Al Wahaibi	-	-	-	0 (zero)
	Manuel Champalimaud - Indicado pela Gestmin, SGPS, S.A.	-	-	-	31.326.951 ²
	Francisco João Oliveira	-	-	-	26.700.000 ³
	Jorge Magalhães Correia	-	-	-	28.371.417 ⁴
Comissão de Auditoria	José Luís Arnaut	-	-	-	0 (zero)
	Manuel Sebastião	-	-	-	1.000
	Gonçalo Gil Mata	-	-	-	0 (zero)
	Maria Estela Barbot	-	-	-	0 (zero)

¹ Guangchao Zhu é Presidente, CEO e membro do Conselho de Administração da State Grid International Development Limited e Administrador da State Grid Europe Limited, que detem uma participação qualificada correspondente a 133.500.000 ações da REN.

² Compreende 280.000 ações detidas diretamente e 31.046.951 ações detidas pela acionista Gestmin SGPS, S.A., as quais, em virtude do exercício da função de Presidente do órgão de administração dessa sociedade e da detenção da maioria do respetivo capital social, lhe são imputáveis.

³ Corresponde às ações detidas pela Oliren, SGPS, S.A., as quais são imputáveis para efeitos do artigo 447.º do CSC, em virtude do exercício de Vogal do órgão de administração dessa sociedade.

⁴ Corresponde às ações detidas pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., as quais são imputáveis para efeitos do artigo 447.º do CSC, em virtude do exercício de CEO e membro do órgão de administração dessa sociedade.

4.4 Relatório de revisão limitada elaborado por auditor registado na CMVM sobre a informação semestral consolidada



Deloitte & Associados, SROC S A
Inscrição na OROC n.º 43
Registo na CMVM n.º 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6.º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel. +(351) 210 427 500
Fax +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO CONSOLIDADA DO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015

Introdução

1. Apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 da REN – Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A. ("Empresa"), incluída: na Demonstração Consolidada da Posição Financeira (que evidencia um ativo total de 4.688.963 milhares de Euros e um capital próprio de 1.120.603 milhares de Euros), incluindo um resultado líquido consolidado do período no montante de 75.275 milhares de Euros), nas Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do período de seis meses findo naquela data e no correspondente Anexo e na secção Desempenho Económico e Financeiro.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, posteriormente ajustadas, no âmbito do processo de consolidação, para estarem de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada que presente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade e a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu rendimento integral.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspetos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira consolidada, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspetos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada incluída na secção Desempenho Económico e Financeiro com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de junho de 2015.

Parecer

8. Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 referida no parágrafo 1 acima da REN – Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A., não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34), e que, nos termos das definições incluídas nas diretrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Lisboa, 31 de julho de 2015


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo

4.5 Relatório e parecer da Comissão de Auditoria sobre informação semestral consolidada (do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015)

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas, a Comissão de Auditoria, durante o primeiro semestre de 2015, acompanhou a evolução da actividade da REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. e empresas participadas, zelou pela observância da lei, regulamentos e contrato de sociedade, supervisionou o cumprimento das políticas e práticas contabilísticas e fiscalizou o processo de preparação e divulgação da informação financeira, a eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos, bem como a independência e actividade do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo.

A Comissão de Auditoria examinou a informação financeira consolidada contida na secção Desempenho Económico e Financeiro e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do semestre findo em 30 de Junho de 2015 da REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira (que evidencia um activo total de 4.688.963 milhares de Euros e um capital próprio de 1.120.603 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido consolidado no montante de 75.275 milhares de Euros), nas Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data e no correspondente Anexo.

A Comissão de Auditoria analisou igualmente o Relatório de Revisão Limitada sobre a referida informação semestral consolidada elaborado pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, o qual mereceu o seu acordo.

Face ao exposto, a Comissão de Auditoria é de opinião que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015 está de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis.

Lisboa, 31 de julho 2015

A Comissão de Auditoria

Manuel Ramos de Sousa Sebastião

Estela de Magalhães Barbot

Gonçalo Gil Mata

4.6 Contactos

Sendo política da REN facilitar o acesso direto às diversas entidades corporativas do Grupo, são divulgados abaixo os respetivos endereços eletrónicos:

Direção Relações com o Investidor

Ana Fernandes - Diretora
ana.fernandes@ren.pt

Alexandra Martins
alexandra.martins@ren.pt

Telma Mendes
telma.mendes@ren.pt

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
Relações com o Investidor
Avenida dos Estados Unidos da América, 55
1749-061 LISBOA - Portugal

Telefone: 21 001 35 46
Telefax: 21 001 31 50
[E-mail: ir@ren.pt](mailto:ir@ren.pt)

Direção Comunicação e Sustentabilidade

Margarida Ferreirinha
margarida.ferreirinha@ren.pt

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
Direção Comunicação e Sustentabilidade
Avenida dos Estados Unidos da América, 55
1749-061 LISBOA - Portugal

Telefone: 21 001 35 00
Telefax: 21 001 31 50
[E-mail: comunicacao@ren.pt](mailto:comunicacao@ren.pt)